

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 059

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 15 DE MAIO DE 2001

ANO XXVII

## Mesa Diretora

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PTB

**ELIO RUSCH**

1º Vice-Presidente - PFL

**IRINEU COLOMBO**

2º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

3º Vice-Presidente - PSDB

**VALDIR ROSSONI**

1º Secretário - PTB

**ANTONIO ANIBELLI**

2º Secretário - PMDB

**CESAR SELEME**

3º Secretário - PPB

**EDNO GUIMARÃES**

4º Secretário - PSL

**NELSON GARCIA**

5º Secretário - PFL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i> .....	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Algaci Tulio</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i> .....	<i>Divanir Braz Palma</i>
<i>PL</i> .....	<i>Serafina Carrilho</i>
<i>PSB</i> .....	<i>Moysés Leônidas</i>

## Representação Partidária

*PFL - 10: Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielese - Durval Amaral - Elio Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus (licenciado) - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 04: Antonio Carlos Belinati - Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PL - 02: Antonio Baratter - Pastor Edson Praczyk (licenciado) - Serafina Carrilho; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSC - 01: Miltinho Pupio.*

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 41ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
15 DE MAIO DE 2001**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Neivo Beraldin e Antonio Anibelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Ângelo Vanhoni, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Basílio Zanusso, Beraldin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Custódio da Silva, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Eli Ghellere, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaucho, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia e Waldyr Pugliesi (53). Achando-se ausente a senhora deputada Serafina Carrilho (01).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Mensagem:**

Mensagem nº 15/2001

Curitiba, 08 de maio de 2001.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legisla-

tiva, o incluso anteprojeto de lei que objetiva instituir o Fundo Estadual de Segurança Pública - Funseg, de personalidade jurídica única, com um só título de receita, caixa, patrimônio e de escrituração contábil, destinado ao provimento de recursos para despesas de custeio e investimento, no Departamento de Polícia Civil e Estadual de Trânsito e Polícia Militar do Estado do Paraná.

O plano de lei em referência consulta plenamente aos superiores interesses da administração e constitui-se norma legal de elevado interesse público, porque virá, sem qualquer sobra de dúvida, ensejar melhores condições no sentido de pronto atendimento às necessidades pertinentes ao reequipamento dos organismos estaduais de segurança, afetos à Secretaria de Estado da Segurança Pública, tais como a Polícia Militar do Estado, Polícia Civil e Departamento de Trânsito.

Na prática ocorrerá unificação de fundos atualmente existentes, cujas leis de criação ficarão expressamente revogadas.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa, o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

**ANTEPROJETO DE LEI**

Art. 1º - Fica instituído, no âmbito da Secretaria de Estado da Segurança Pública, o Fundo Estadual de Segurança Pública - Funseg, de personalidade jurídica única, com um só título de receita, caixa, patrimônio e de escrituração contábil.

Art. 2º - O Funseg terá por finalidade o provimento de recursos para despesas de custeio e investimento, no Departamento de Polícia Civil e Estadual de Trânsito e Polícia Militar do Estado do Paraná, destinando-os exclusivamente para as seguintes atividades:

I - consumo de combustíveis e de veículos automotores dos órgãos policiais;

II - aquisição, locação, conservação e manutenção de:

a) veículos automotores policiais e equipamentos necessários à sua operacionalidade;

b) equipamento de informática e demais componentes necessários à sua operacionalidade;

c) máquinas e utensílios estritamente necessários para a constituição e funcionamento dos órgãos policiais;

d) equipamento de comunicação e demais componentes necessários à sua operacionalidade;

III - aquisição de armas, munições e demais equipamentos de uso pessoal necessário para as atividades policiais;

IV - aquisição de outros materiais de consumo permanente para os órgãos policiais estritamente necessários ao desenvolvimento de suas atividades;

V - construção, reforma, adaptação, ampliação, conservação e manutenção de imóveis dos órgãos policiais;

VI - qualificação, treinamento e aperfeiçoamento de policiais;

VII - construção, reforma, adaptação, ampliação, conservação, manutenção, locação e aquisição de bens móveis e imóveis, material de consumo e outros assuntos de extrema necessidade para o desenvolvimento das atividades essenciais do Departamento Estadual de Trânsito - Detran.

Art. 3º - O Funseg será administrado por um conselho diretor, com a competência de implantar a política de segurança pública a ser desenvolvida anualmente e será constituído dos seguintes membros:

I - Secretário de Estado da Segurança Pública, como presidente nato;

II - comandante geral da Polícia Militar;

III - delegado geral da Polícia Civil;

IV - diretor geral do Departamento de Trânsito;

V - representante do secretário de Estado da Fazenda;

VI - representante da Procuradoria Geral do Estado.

§ 1º - Os membros a que se referem os incisos de I a IV, podem delegar suas atribuições junto ao Funseg, somente nos seus impedimentos legais, na forma da legislação que rege essa matéria, mediante autorização expressa, vedada a delegação a outro membro já participante do Conselho Diretor.

§ 2º - Os membros a que se referem os incisos V e VI, devem ser expressamente indicados pelos titulares dos respectivos órgãos.

Art. 4º - Constituem-se receitas do Funseg:

I - dotação orçamentária própria, recursos transferidos por entidades públicas e os créditos adicionais que lhe venham a ser atribuídos;

II - saldo financeiro resultante de execução orçamentária da SESP, disponível ao final de cada exercício;

III - saldo financeiro apurado no balanço anual do próprio Funseg;

IV - o produto da venda de cópia de editais de processo licitatório de obras, aquisição de equipamentos e outros serviços;

V - taxas de inscrição em concursos públicos realizados;

VI - o produto da alienação de bens móveis e imóveis, incluídos na carga patrimonial;

VII - receita oriunda de auxílio, subvenções ou dotações municipais e federais ou privadas derivadas de acordo, contratos, convênios ou ajustes firmados;

VIII - doações, contribuições ou transferência de pessoas jurídicas de direito público ou privado;

IX - recursos provenientes das aplicações financeiras do próprio Fundo;

X - juros de depósitos bancários;

XI - multas de trânsito, de sua jurisdição, prevista no Código de Trânsito Brasileiro e demais legislações que regem a matéria, mantidas as mesmas bases percentuais de repartições dos resultados, atualmente praticadas entre órgãos públicos;

XII - Taxa de Segurança Pública (TSP);

XIII - outras receitas eventuais de característica policial e de trânsito desde que instituídas por ato do Poder Executivo Estadual.

Art. 5º - As taxas de segurança criadas pelas Leis nº 6.102/70, 10.236/92, 6.264/72 passam a ter denominação única de Taxa de Segurança Pública (TST), tendo como fato gerador a utilização pelo contribuinte, de serviços específicos e divisíveis, prestados pelos órgãos policiais, ou a disponibilização desses serviços ao contribuinte, cujas atividades exijam do Poder Público Estadual, vigilância, visando a preservação da segurança e a ordem pública.

§ 1º - O contribuinte da taxa de Segurança Pública é toda pessoa física ou jurídica que solicita a prestação do serviço público ou a prática decorrente do poder de polícia, ou ainda for beneficiário direto do ato.

§ 2º - A Taxa de Segurança Pública é devida de forma anual, mensal ou unitária de acordo com a natureza do ato, evento e potencial de risco, cuja tabela de cálculo será regulamentada por ato do Poder Executivo Estadual.

Art. 6º - As receitas previstas para o Funseg serão recolhidas em conta especial em agência do Banco do Estado do Paraná - Banestado, mediante Guia de Recolhimento (GE-2), sob denominação de Fundo Estadual de Segurança Pública e o resultado das aplicações financeiras reverterão em receita própria do Fundo.

Parágrafo Único - Os saldos verificados ao final de cada exercício financeiro do Funseg, serão transferidos automaticamente para o exercício seguinte, a crédito do Fundo.

Art. 7º - As receitas previstas para o Funseg serão geridas pelo conselho diretor, após o Plano de Aplicação devidamente aprovado para cada exercício financeiro e homologado pelo chefe do Poder Executivo.

§ 1º - Em caso de comprovada urgência e necessidade, poderão, com prévia autorização do governador do Estado, ser efetivadas despesas não constantes do Plano de Aplicação.

§ 2º - Para o recurso total do Funseg programado para cada exercício, o Plano de Aplicação obedecerá a seguinte composição distributiva:

I - até o limite de 50% (cinquenta por cento) para a Polícia Militar do Paraná;

II - até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) para o departamento de Polícia Civil;

III - até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) para o departamento Estadual de Trânsito - Detran.

§ 3º - O chefe do Poder Executivo poderá alterar por decreto os percentuais fixados no § 2º deste artigo.

Art. 8º - Fica vedado ao Funseg, pagamento de gratificações a qualquer título, encargos com custeio de pessoal e outras despesas de custeio ou investimentos não estabelecidos nesta lei, bem como qualquer movimentação financeira não consignada no Plano de Aplicação.

Art. 9º - O Patrimônio do Funseg, será constituído pelos bens móveis e imóveis de que foram dotados os Fundos Especial de requerimento Policial - Funrespol, de Modernização da Polícia Militar - FUMPM e de reequipamento de Trânsito - Funrestran.

Art. 10 - Aplica-se à administração financeira do Funseg, no que couber, o disposto na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, no Código de Contabilidade e nas legislações pertinentes a contratos e licitações, bem como as normas e procedimentos baixados pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Parágrafo único - O Funseg prestará contas da arrecadação e aplicação de seus recursos nos prazos e na forma das legislações vigentes.

Art. 11 - A Secretaria de Estado da Fazenda adotar as providências que, no plano contábil e orçamentário, fizerem necessárias à plena execução desta lei.

Art. 12 - O Conselho diretor terá prazo de cinco dias após a publicação desta lei, para instalação do Funseg, onde se discutirá o Regimento Interno do Fundo, o qual será instituído mediante ato do Poder Executivo Estadual.

Art. 13 - Dentro de 60 (sessenta) dias, após a publicação desta lei, o Poder Executivo Estadual baixará ato regulamentando o Funseg, observando estritamente o disposto neste instrumento legal.

Art. 14 - Os planos de aplicação já aprovados pelos fundos Funrestran, Funrespol e FUMPM, para o atual exercício, com procedimento de receita e despesas em andamento, serão mantidos até liquidação total das mesmas.

Art. 15 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as Leis 6.102/70, 10.236/92, 6.264/72 e demais atos decorrentes e disposições em contrário. **À Diretoria Legislativa.**

## Ofícios:

### OFÍCIOS

Sob o nº 1988/2001, do Senhor César Antônio Favero - gerente da Secretaria Geral do Banestado, enca-

minhando Prestação de Contas da Empresa Banestado Administradora de Cartões de Crédito Ltda., referente ao período anterior a outubro/2000. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1986/2001, do Senhor César Antônio Favero - gerente da Secretaria Geral do Banestado, encaminhando Prestação de Contas da Empresa Banestado S.A. - Participação, Administração e Serviços, referente ao período anterior a outubro/2000. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 2013/2001, do Senhor César Antônio Favero - gerente da Secretaria Geral do Banestado, encaminhando Prestação de Contas da Banestado Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil, referente ao período até setembro/2000. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1810/2001, do Senhor César Antônio Favero - gerente da Secretaria Geral do Banestado, encaminhando Prestação de Contas da Empresa Banestado S/A Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários, referente ao 1º semestre de 2000. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1808/2001, do Senhor César Antônio Favero - gerente da Secretaria Geral do Banestado, encaminhando Prestação de Contas da Banestado Corretora de Mercadorias Ltda., referente ao exercício financeiro do 1º semestre de 2000. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1812/2001, do Senhor César Antônio Favero - gerente da Secretaria Geral do Banestado, encaminhando Prestação de Contas da Empresa Banestado Clube S.C., relativo ao exercício financeiro de 2000. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1814/2001, do Senhor César Antônio Favero - gerente da Secretaria Geral do Banestado, encaminhando Prestação de Contas do Banco do Estado do Paraná S.A. referente ao exercício financeiro de 2000, até outubro. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/SEEG/138/2001, do senhor governador do Estado, restituindo o Projeto de Lei nº 138/99. **Ao conhecimento da Casa.**

## Requerimentos:

### REQUERIMENTO Nº 1403

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, a anexação dos Projetos 80/99, de autoria do Deputado Beto Richa e 527/99, de autoria do Deputado Divanir Braz Palma, ao Projeto 10/99, apresentado por este deputado, em data anterior aos acima citados.

O Projeto nº 10/99, que institui a Agência Estadual de Serviços Públicos Delegados do Paraná - Agepar foi protocolado nesta Casa dia 25 de fevereiro de 1999.

Tal posição tem o objetivo de criar mecanismos de controle externo dos serviços prestados por empresas que venham a assumir encargos na condição de delegadas dos serviços públicos estaduais.

No dia 16 de março do mesmo ano, Deputado Beto Richa apresentou proposta (80/99) que autoriza o Governo do Estado a criar a Agência de Controle e Regulação das Atividades Concedidas, com idêntico teor e objetivo.

A única diferença entre os dois projetos é que o primeiro determina a criação da agência e o segundo autoriza o governo a fazê-lo, repassando ao Poder Executivo a incumbência de legislar, que no meu entendimento, pertence aos integrantes desta Casa.

Com a finalidade também de criar a Agência estadual de Controle das Empresas Pedagogadoras - Agecep, o Deputado Divanir Braz Palma protocolou o projeto (527/99) em outubro de 1999. O controle da atividade objeto deste projeto, está contemplada na proposta 10/99, que além das rodovias impõe controle à exploração dos setores de saneamento, energia elétrica, ferrovias, portos, aeroportos, parques e reservas florestais, telecomunicações, transporte de passageiros e todas as outras áreas que são de responsabilidade do governo, mas que, no futuro, possam ser terceirizadas.

Diante do exposto, solicitamos que os projetos sejam anexados, o que vai agilizar a apreciação da matéria por parte das Comissões desta Casa e, conseqüentemente, a discussão e votação em Plenário deste importante instrumento de defesa do consumidor paranaense.

Sala das Sessões, em 15.05.2001.

(a) SÉRGIO SPADA

#### REQUERIMENTO Nº 1371

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja inserido na Ata dos trabalhos da presente sessão um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor João Carrilho, esposo da ilustre Deputada Serafina Carrilho, ocorrido no último dia 13 do corrente mês na cidade de Maringá.

A sociedade maringaense perde um grande homem. Aos 68 anos de idade nascido na cidade paulista de Tupã, “seu” João Carrilho desempenhou as suas atividades como comerciante. Com o seu passamento deixou sua esposa, cinco filhas, genros e sete netos.

Requer ainda, após aprovado que se dê ciência à família enlutada, através de correspondência a ser encaminhada à Avenida Santo Dumont, 2020 ap. 1001 - CEP 87013-050 - Maringá - PR.

Sala das Sessões, em 15.05.2001.

(a) ANTONIO CARLOS BARATTER

Apoiamento:

Basílio Zanusso.

#### REQUERIMENTO Nº 1399

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja inserido na Ata dos trabalhos da presente sessão um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor João Carrilho, esposo da ilustre Deputada Serafina Carrilho, ocorrido no último dia 13 do corrente mês na cidade de Maringá.

A sociedade maringaense perde um grande homem. Aos 68 anos de idade nascido na cidade paulista de Tupã, “seu” João Carrilho desempenhou as suas atividades como comerciante. Com o seu passamento deixou sua esposa, cinco filhas, genros e sete netos.

Requer ainda, após aprovado que se dê ciência à família enlutada, através de correspondência a ser encaminhada à Avenida Santo Dumont, 2020 ap. 1001 - CEP 87013-050 - Maringá - PR.

Sala das Sessões, em 15.05.2001.

(a) RENATO GAÚCHO

#### REQUERIMENTO Nº 1376

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, sejam inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo: votos de pesar, à Deputada Serafina Carrilho, seus filhos e netos, pelo falecimento do seu esposo, pai e avô João Carrilho, no dia 13.05.2001, na cidade de Maringá, deste Estado.

Sala das Sessões, em 15.05.2001.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

O Senhor João Carrilho deixa viúva a Senhora Deputada Serafina Carrilho, cinco filhos e sete netos.

Deixa muitas saudades entre seus amigos, vizinhos e parentes da cidade de Maringá e de todo o Estado do Paraná.

Solicitamos, outrossim, que se dê ciência desta homenagem aos familiares, no gabinete da Deputada Serafina Carrilho, nesta Casa de Leis.

#### REQUERIMENTO Nº 1381

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, sejam registrados nos anais da sessão de hoje, votos de pesar pelo falecimento do senhor João Carrilho, esposo da Deputada Serafina Carrilho, ocorrido hoje, 13 de maio na cidade de Maringá-PR.

Requer ainda que do presente se dê ciência a seus familiares através de sua esposa, Deputada Serafina Carrilho, através de correspondência a ser encaminhada à Avenida Santos Dumont, nº 2020 - apto 1001 - CEP 87013-050 - Maringá-PR.

Sala das Sessões, em 15.05.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

## REQUERIMENTO Nº 1383

Senhor presidente.

O Deputado Luiz Accorsi, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, o registro nos Anais desta Casa de Lei de voto de profundo pesar, pelo falecimento do senhor Manoel Almendra, ocorrido ontem, dia 9 de maio, na cidade de Santa Isabel do Ivaí.

Sala das Sessões, em 15.05.2001.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

O Senhor Manoel Almendra faleceu aos oitenta e oito anos de idade. Seu desaparecimento enlutou a comunidade isabelense e entristeceu a todos os que tiveram a ventura de partilhar de seu convívio.

Há mais de quarenta anos estabeleceu-se com o comércio de confecções e tecidos naquela cidade, participando do seu desenvolvimento. Ativo e generoso contribuinte de todas as obras sociais e esportivas de Santa Isabel do Ivaí, Manoel Almendra merece o tributo que lhe presta a Assembléia Legislativa do Paraná, reverenciando sua memória, participe que foi da história do município de Santa Isabel do Ivaí.

Que, da decisão, se dê ciência aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e aos empresários José Carlos Lourenço e Antônio Almendra, estabelecidos à Avenida Gustavo Brigagão, 1270 - CEP 87910-000 - Santa Isabel do Ivaí - PR.

## REQUERIMENTO Nº 1398

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar, à família Serafina Carrilho, pelo falecimento do Senhor João Carrilho, marido de nossa companheira, Deputada Estadual Serafina Carrilho, além da viúva, 5 filhas e 7 netos.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando o envio do presente à família enlutada, na Avenida Santos Dumont, 2020, apto. 1001, centro, na cidade de Maringá.

Sala das Sessões, em 15.05.2001.

(a) DURVAL AMARAL

## REQUERIMENTO Nº 1390

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar à família do Senhor Lourival Aparecido Pacheco, falecido no último dia 09 de maio, município de Japurá.

Sala das Sessões, em 15.05.2001.

(a) EDNO GUIMARÃES

## REQUERIMENTO Nº 1394

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de pesar pelo falecimento do senhor Ayrton Justus de Lima, ocorrido no último dia 13 de maio, no município de Ortigueira.

O senhor Ayrton Justus de Lima, paranaense de Ponta Grossa, foi um dedicado funcionário público e comerciante muito respeitado no município de Ortigueira, onde residiu durante mais de 50 anos.

Era casado com a senhora Neide Munhoz de Lima, já falecida e deixou dois filhos, Luciana e Leandro.

Requer, também envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 15.03.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

## REQUERIMENTO Nº 1397

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado votos de profundo pesar à família da senhora Erolide Batisti Fabiane, pelo seu falecimento, ocorrido nesta data 14 de maio de 2001, no município de Sulina.

Sala das Sessões, em 15.05.2001.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

A senhora Erolide Batisti Fabiane, 57 anos, faleceu nesta data, de derrame cerebral na Pontifícia de Pato Branco, onde estava internada desde sua enfermidade.

Moradora do Município de Sulina, desde 1990, era casada com o senhor Cosme Fabiane, empresário de indústria madeireira no município, e desta união tiveram oito filhos, são eles: Cleide Fabiane, Cleonice Fabiane, Alfeu Fabiane, Edson Fabiane, Amarildo Fabiane, Dirceu Fabiane, Clecildes Fabiane e Romeu Fabiane.

A senhora Erolide, pessoa muito querida no Município de Sulina e também em Itapejara do Oeste onde viveu por muitos anos, deixa a todos o exemplo de esposa, mãe dedicada e amiga, que sempre com muito sacrifício criou seus filhos, hoje todos adultos e felizmente encaminhados e por sua conduta e dedicação deixará muitas saudades a todas aquelas pessoas que tiveram a felicidade de conhecê-la.

## REQUERIMENTO Nº 1377

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, voto de pesar à senhora Dorajara da Silva Ribas e seus filhos Gabriel e Rafaela, pelo falecimento do seu esposo e pai César Pohl

Ribas, ocorrido no dia 12 do corrente mês, nesta capital.

Sala das Sessões, em 15.05.2001.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

O senhor César Pohl Ribas, nascido nesta capital, há cinquenta anos, filho de família tradicional, pai exemplar e cumpridor dos seus deveres, foi vítima de assalto por parte de menores irresponsáveis, e deixa uma profunda lacuna entre seus familiares, amigos e vizinhos.

Solicitamos outrossim dar ciência desta homenagem aos familiares no seguinte endereço: Rua Deputado Mario de Barros, 1530 - ap. 134 - Cento Cívico - Curitiba - PR - CEP 80530-280.

#### REQUERIMENTO Nº 1405

Senhor Presidente.

O Deputado Ricardo Chab, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de profundo pesar pelo falecimento do senhor Paschoal Pucci, prefeito eleito da cidade de Santa Izabel do Ivaí, ocorrido no dia 19.04.2001, no Município de Curitiba.

Sala das Sessões, em 15.05.2001

(a) RICARDO CHAB

JUSTIFICATIVA:

Paschoal Pucci, nascido em 03 de abril de 1926, foi casado com a senhora Maria Angélica Pacheco Pucci (falecida) foi o fundador e o primeiro prefeito eleito em Santa Izabel do Ivaí, deixou 06 filhos: José, Luiz Alberto, Regina Maria, Antônio Carlos, Paulo Roberto e Rosali Mari Pucci.

Sua vida foi dedicada à família e à política, à qual fez parte até 1964, foi um político idealista, honesto e defensor da causa popular, deixando como legado grandes amigos um exemplo de vida pública onde gozava de grande respeito e carinho por todos.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abala a família de Paschoal Pucci, enviando votos de profundo pesar para a senhora Rosali Maria Pucci, e irmãos, residente na Rua Arnaldo Pisseti, 578, Bairro Alto- 82-820-350 - Curitiba-PR.

#### REQUERIMENTO Nº 1423

Senhor Presidente.

Os deputados que o presente subscrevem no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUEREM, envio de voto de pesar à família Carrilho, pelo falecimento do senhor João Carrilho, esposo da Deputada Estadual Serafina Carrilho, ocorrido no último domingo, na Cidade de Maringá.

Nestes termos pedem deferimento, solicitando que se dê ciência aos familiares através de correspondência a ser encaminhada à Avenida Santos Dumont, 2020, ap.1001, Centro, Maringá - Paraná.

Nestes termos pede deferimento.

(a) IRINEU COLOMBO, ADEMIR BIER, AUGUSTINHO ZUCCHI, RICARDO MAIA, ELI GHELLERE, LUCIANA RAFAGNIN, WALDYR PUGLIESI E HERMES FONSECA.

#### REQUERIMENTO Nº 1380

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados aos anais da Sessão de hoje, voto de congratulação à Maternidade Victor Ferreira do Amaral - Curitiba PR, reaberta dia 13 de maio de 2001.

Requer ainda que do presente se dê ciência à diretoria, doutora Cláudia Regiane Mello, através de correspondência a ser encaminhada à Av. Iguazu, 1953 - CEP 82250-190 - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 15.05.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 1382

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, do Estado do Paraná alusivo à realização do Seminário sobre Matriz Energética, realizado nos dias 14 e 15 de maio do corrente ano.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao seu presidente, engenheiro Agrônomo Luiz Antônio Rossafa, através de correspondência a ser encaminhada na Rua Dr. Zamenhof, 35 - CEP 80.030-320, Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 15.05.2001

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 1393

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, ouvido o douto Plenário seja enviado expediente de congratulações à entidade "Soroptismo Internacional, na pessoa da presidente, Doutora Railda Schiffer, pelo trabalho desenvolvido em prol de ações que visam minimizar a dor e o sofrimento humano de toda ordem, bem como criar uma sociedade de paz, de harmonia, solidariedade e esperança. Mais do que nunca os valores da solidariedade, abrangendo o voluntariado crente e otimista, são necessários para se dar significado ao existir humano.

De outra, requer-se envio de congratulações à jovem estudante do Colégio Sagrada Família Juliana Degraf Mendes, paranaense de Ponta Grossa, por sua oportuna dissertação acerca do Voluntariado através do texto "palavras que não resolvem", tendo sido vencedora

em certame nacional realizado em Brusque, Santa Catarina.

Sala das Sessões, em 15.05.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO Nº 1402

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Diácono Paulo A. Amaral Fernandes alusivo à sua Ordenação Presbiterial, ocorrido no dia 06 de maio do corrente na Paróquia Espírito Santo, em Ivaiporã.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao ordenado diácono Paulo A. Amaral Fernandes, através de correspondência a ser encaminhada na Rua Arapongas, s/nº - CEP 86870-000, Ivaiporã - PR.

Sala das Sessões, em 15.05.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 1410

Senhor presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Secretaria de Estado da Saúde, pela comemoração de seus 54 anos.

Sala das Sessões, em 15.05.2001.

(a) ALGACI TULIO

#### JUSTIFICATIVA:

A Secretaria de Estado da Saúde do Paraná está completando 54 anos. No dia 14 de maio de 1947, o então Governador Moysés Lupion determinou a criação da Secretaria de Saúde e Assistência Social, em substituição ao Departamento Estadual de Saúde.

A idéia era ampliar a atuação na área de preservação. Para isso, o governo aumentou o número de distritos sanitários, de sete para catorze, e mesmo assim, o setor enfrentou muitas dificuldades para tratar a saúde dos paranaenses. O Paraná crescia rapidamente. Cidades surgiam por todos os cantos. Um público cada vez maior no campo e na cidade precisava de atendimento médico. A saúde não conseguia acompanhar a rápida urbanização paranaense. Demorou quase vinte anos para o setor começar a ter resultados mais significativos.

Nos anos 70 as maiores preocupações eram as doenças transmissíveis que podiam ser controladas com vacinas e saneamento. Em 1975, o governador Jayme Canet, criou a Secretaria de Saúde e do Bem-Estar Social do Paraná. Em 1979 foi criada a Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha, entidade que passou a responder por todas as atividades sanitárias desenvolvidas na Secretaria. O objetivo era criar meios para a geração de recursos extra-orçamentários, bem como a contratação de pessoal terceirizado para dar mais agilidade ao trabalho.

Depois veio o Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde-SUS, no governo de Fernando Collor de Mello, que promoveu a descentralização operacional e financeira na saúde.

Dos 399 municípios do Estado, 13 estão em gestão plena. Isso significa que são responsáveis pela administração dos recursos e também pelas ações de saúde.

A Secretaria da Saúde do Paraná, ao longo destes 54 anos fez muito pela saúde da nossa população. Dos mais importantes trabalhos do órgão destacamos o de Vigilância Epidemiológica, o programa de prevenção ao Câncer de Colo de Útero (implantado em 1997 e que serviu de modelo para muitos Estados) e as grandes conquistas na redução da mortalidade infantil.

Pelos gloriosos 54 anos que estão sendo comemorados, receba a Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, através de seu secretário Armando Raggio (Rua Engenheiro Rebouças, 1707 - 80230-040 - Curitiba/PR) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 1411

Senhor presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao jornalista Jamur Júnior, pelo lançamento de seu livro "Pequena História de Grandes Talentos".

Sala das Sessões, em 15.05.2001.

(a) ALGACI TULIO

#### JUSTIFICATIVA:

O renomado jornalista curitibano lançou seu livro - o primeiro, ao qual chamou pequena História de Grandes Talentos. Digo o primeiro porque uma personalidade como Jamur tem muito a nos ensinar a qualquer tempo e bem o fará se for escrito em páginas que se perpetuam ao longo dos anos.

Nascido na capital paranaense, Jamur Júnior iniciou na rádio em 1950 como locutor de um programa infantil, na Rádio Ypiranga de Palmeira. Em 1953 veio para Curitiba, onde estudou no Colégio Estadual do Paraná. Já em 1956 foi trabalhar na Rádio Difusora de Paranaguá e em 1978 veio integrar, em Curitiba, a equipe da Rádio Cultura do Paraná. Também trabalhou na Rádio Jornal A Verdade e "Diário da Manhã" (de Florianópolis), além das Rádios Tingüi, Guairacá, Clube Paranaense, Ouro Verde, Colombo, Independência.

Em 1960 foi convidado para integrar a primeira equipe de apresentadores da TV Paranaense - Canal 12 e em 1963 passou para a TV Paraná. Mais tarde foi o primeiro apresentador da TV Iguaçu, onde posteriormente foi diretor de jornalismo e de programação. Dirigiu o Jornalismo da TV Paraná, Canal 6 e da TV Bandeirantes, Canal 2.

Um homem com esta trajetória na área de comunicação tem mais que um livro, tem toda uma história de vida e de experiência de quem já viu muito na área social, política, quotidiana da nossa cidade e do nosso Estado.



Jamur é uma verdadeira lenda viva do nosso mundo da comunicação paranaense - jornalista respeitado, sua opinião não passa despercebida, ao contrário, é buscada por muitos.

A obra de Jamur é ricamente recheada de passagens e histórias que recolheu e vivenciou ao longo de sua carreira. Ler o livro significa viajar pelo passado da comunicação, conhecendo outros nomes - famosos ou não, muitos já esquecidos - da nossa televisão do Paraná.

A muitos presta sua homenagem colocando-os em seus livros, mas na verdade grande honra é ter sido seu colega de trabalho. Tive a felicidade de ter sido citado em seu livro (página 78, numa alusão ao Homem do Xadrez) e de ter trabalhado com Jamur por diversas vezes - ele faz parte da minha vida como comunicador e com ele vivi muitas histórias na televisão, apresentando programas como o "Café com Leite" criado por ele.

Pelo lançamento do livro Pequena História de Grandes Talentos, receba o jornalista Jamur Júnior os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

#### REQUERIMENTO 1422

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações, parabenização e louvor à diretoria e demais componentes da Associação Portuguesa Londrinense, sito na Rua Louis Francescon nº 730, Londrina - Paraná, pelo transcurso de 51 anos de fundação da entidade, inaugurada em 14.05.1950.

Sala das Sessões, em 15.05.2001.

(a) GERALDO CARTÁRIO

#### REQUERIMENTO 1431

Senhor presidente.

O jornal O Paraná, com sede em Cascavel, completa nesta semana suas bodas de prata. São 25 anos de existência voltados para a região Oeste. O jornal é publicado desde 1976 retratando os principais fatos da vida paranaense e brasileira, mas está indelevelmente marcado por seu compromisso, o Oeste na qual foi pioneiro em tempos difíceis. Havia poucas cidades. Não havia um hábito de leitura arraigado no povo. E ainda havia a censura prévia e a necessidade de autorização governamental até para abrir uma empresa jornalística. É do confronto com essas dificuldades que O Paraná saiu como um dos grandes vitoriosos, pois, fazendo um jornalismo sério, crítico, ético e competente, espelho dos editores André Costi, Emir Sfair, Caio Gotlieb, José Messias, Antônio Sbardelotto e de tantos outros grandes profissionais que passaram por aquela casa.

Além disso, os 25 anos do jornal O Paraná tem muito a ver com o desenvolvimento do Oeste do Paraná. O empenho dele na defesa de nossos interesses fez com que muitas obras fossem feitas. Do asfaltamento da ligação entre as nossas cidades à criação de inúmeros municípios. Da Ferroeste ao Hospital Regional e Cascavel

muitas foram as vezes que O Paraná liderou campanhas visando favorecer o desenvolvimento político, social e econômico da nossa região.

Faço menção também a uma pessoa muito especial. O jornalista Emir Sfair. Ele que deixou em 1976 o seu trabalho na Gazeta do Povo, em Curitiba, e veio para Cascavel realizar um sonho: editar um jornal. Emir soube comandar sua própria equipe, marcada sempre pela ética, pela garra e pela criatividade.

Emir soube retratar o Oeste, que embora economicamente pujante não tinha força política e assim não recebia a parcela que lhe cabia dos recursos governamentais. Mais de uma vez O Paraná mobilizou as forças políticas na luta por mais recursos, mais obras. Foi assim com a Ferroeste, com o Hospital Regional de Cascavel, com a estruturação da Unioeste que tanto nos orgulha. Em todos estes momentos O Paraná esteve presente. E foi graças a esta presença que o jornal ganhou apelo popular e passou a circular em outras regiões. Primeiro no Extremo Oeste, depois no Sudoeste, na Capital, e mais recentemente, no Noroeste. Emir comandou os repórteres em todos estes grandes momentos. Infelizmente o perdemos no final dos anos 90, mas seu legado ficou.

Sfair plantou uma semente de alegria, amor, respeito ao próximo e fé no jornalismo. Plantou na mente de todos os seus repórteres a necessidade de ética, da responsabilidade na comunicação e se fez respeitar pelo trabalho diuturno em favor do Oeste. Do legado de Emir fazem parte muitos profissionais importantes da comunicação paranaense, hoje atuando em jornais, revistas, televisões.

Mas como uma grande obra não se encerra com seu criador O Paraná continuou evoluindo. O jornal que era preto e branco hoje é colorido. O tamanho foi reduzido, mas o conteúdo aumentou. Hoje também informatização e a ampliação do parque gráfico. Emir não pode ver mas, hoje, o seu jornal vai para o Brasil inteiro via Internet. E respaldado nisso, peço senhor presidente, que as edições históricas desta semana sejam salvas e transcritas nos anais desta Casa.

Por fim agradeço em nome de prefeitos, vereadores, líderes comunitários e da sociedade oestina e dedicação do André Costi, do Toninho Sbardelotto, do Pitty, da Lorena, do Damasceno e de tantos outros que doaram suas vidas à construção desta que é hoje uma das mais importantes instituições da imprensa do Paraná e não por acaso leva o nome de nosso Estado a todo Brasil.

Sala das Sessões, em 15.05.2001.

(a) ELIO RUSCH

#### REQUERIMENTO Nº 1373

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao jornal "O

Paraná” de Cascavel pela passagem de seu 25º aniversário de fundação.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao diretor-presidente, jornalista André Heitor Costi para que receba e transmita a todos os jornalistas, funcionários e colaboradores, as homenagens da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 15.05.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O jornal é, sem dúvida, nos tempos modernos, a maior força que a mão do homem já empunhou. A comunicação como público por meio do jornal, O Paraná tem seus métodos e características próprias, levando vantagens em profundidade.

O jornal O Paraná de Cascavel tem para com seu público deveres que o inibem de descambar para o sensacionalismo órgão essencialmente informativo a ele cabe pôr seus leitores a par dos acontecimentos sem os deturpar ou alterar. Daí decorre a grande responsabilidade que pesa sobre seus dirigentes e colaboradores.

O Paraná é o farol a espantar as trevas e é a alavanca a impulsionar o progresso do Oeste.

Este parlamentar sente-se honrado em poder traduzir para a posterioridade com absoluta realidade o pensamento da população.

REQUERIMENTO Nº 1391

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao magnífico reitor da Universidade Federal do Paraná, professor Carlos Antunes dos Santos, pela feliz iniciativa da reinauguração da tradicional Maternidade Victor Ferreira do Amaral em Curitiba.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao magnífico reitor Professor Carlos Antunes dos Santos, para que receba e transmita a todos os colaboradores as homenagens do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 15.05.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A reinauguração da Maternidade Victor Ferreira do Amaral, simboliza o encontro da competência da Universidade com suas tradições e funções sociais, que além do atendimento aos pacientes, servirá como Hospital escola aos Acadêmicos do Curso de Medicina e mais tarde aos de Enfermagem.

Não há palavras que traduzam a alegria e a satisfação, neste momento feliz em que se concretiza um sonho de tão longa data acalentado por todos os corações bem formados.

Reabrir um hospital onde o povo encontre socorro e alívio para as suas dores, se nos afigura uma realização

de tal monta que não há de ser com frases encomiásticas que haveremos de louvar todos aqueles que com tanto deslevo conseguiram levar a cabo tão meritório empreendimento.

Seus nomes ficarão gravados no coração do povo desta terra, com o estilete da gratidão imorredoura.

Abençoados sejam aqueles que para mitigar a dor alheia, souberam sacrificar algo de seu. Deus lhe há de levar em conta tão nobre ação.

Orgulha-se, este parlamentar em poder constar nos anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para legar aos pósteros tão importantes empreendimento. Pois, uma casa como Hospital Victor Ferreira do Amaral, destinado a ministrar a caridade especialmente às pessoas mais carentes e para o qual continuarem concorrendo e colaborando para que essa ação se firme e venha produzir os frutos que dela esperamos.

Mais uma vez, aos heróicos realizadores, os sinceros agradecimentos e o reconhecimento do povo paranaense.

REQUERIMENTO Nº 1378

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, sejam inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, voto de aplausos e congratulações ao senhor Elerian do Rocio Janetti, Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, pela realização da 24ª Kakifest, ocorrida nos dias 11/12 e 13/05/2001.

Sala das Sessões, em 15.05.2001.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

A tradicional Kakifest que todos os anos se realiza naquele município vem atraindo cada vez mais número de visitantes e compradores da saborosa fruta que é cultivada cada ano em maior quantidade e qualidade, devido ao avanço da tecnologia de plantio elaborado pelos técnicos da Emater e Secretaria da Agricultura municipal e estadual.

Prova disto é 24ª Kakifest, que este ano bateu record de visitantes, com standers modernos, convidativos e cheios de surpresas e inovações.

Solicitamos, outrossim, dar ciência desta homenagem aos familiares no seguinte endereço: Praça Bento Munhoz da Rocha Neto, 30 - Campina Grande do Sul - PR- CEP 83.430-000.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 1418

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muitos aplausos ao casal Vivaldo e Graça Cavalli dos Santos,

que completou 25 anos de união conjugal, celebrando bodas de prata.

Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho.

Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido, ao longo de todos esses anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos.

Somamos aos demais pares desta colenda Casa de Leis, os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 15.05.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 1419

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muitos aplausos ao casal, Zoni Adair Gerber e Iva Salete Lopez Gerber, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando bodas de prata.

Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho.

Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido, ao longo de todos esses anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos.

Somamos aos demais pares desta colenda Casa de Leis, os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 15.05.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 1420

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muitos aplausos ao casal Manoel Martins de Castro e Lucinda Domingues de Castro, que completou 50 anos de união conjugal, celebrando bodas de ouro.

Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho.

Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido, ao longo de todos esses anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos.

Somamos aos demais pares desta colenda Casa de Leis, os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 15.05.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 1421

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muitos aplausos ao casal, Manoel Jesus Delgado Plasa e Rosa Zecchis Delgado que completou 50 anos de união conjugal, celebrando bodas de ouro.

Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho.

Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido, ao longo de todos esses anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos.

Somamos aos demais pares desta colenda Casa de Leis, os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 15.05.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 1396

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, a moção e protesto pelo processo de privatização da Copel, iniciada pelo atual governo, aprovada pela Câmara Municipal de Vereadores de Laranjeiras do Sul.

Sala das Sessões, em 15.05.2001.

(a) TONY GARCIA

#### REQUERIMENTO Nº 1404

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignada na ata dos trabalhos do dia desta Assembléia, moção de repúdio à intenção do

Governo do Estado em privatizar a Copel, aprovada pela Câmara de Vereadores de Laranjeiras do Sul.

A moção foi assinada pelos vereadores Elvira Benitez Migliorine e Eduardo Alves da Cruz e aprovada pelos membros daquela Casa de Leis, na sessão do último dia 02 de abril.

A presente proposição tem o objetivo de registrar nos anais desta Casa a manifestação dos legisladores daquele município.

Sala das Sessões, em 15.05.2001.

(a) SÉRGIO SPADA

#### REQUERIMENTO Nº 1369

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam enviados ofícios às seguintes autoridades: Governador Jaime Lerner, Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Ramiro Wahrhaftig, Reitora da Universidade Estadual de Maringá Neusa Altoe, solicitando medidas urgentes e imprescindíveis no sentido de determinar o funcionamento no ano letivo de 2002, do curso de enfermagem na extensão da Uem, da Cidade de Goioerê-PR.

Sala das Sessões, em 15.05.2001

(a) NELSON TURECK

#### JUSTIFICATIVA:

Objetiva o presente requerimento atender justa reivindicação da comunidade de Goioerê, bem como dos municípios circunvizinhos, que tem na extensão da UEM, sediada naquele município, oportunidade singular de desenvolver aprendizado num estabelecimento público de qualidade.

Por oportuno, cabe ressaltar que os vários ciclos econômicos pelos quais passaram aquela região, deixaram nos seus rastros sérias desigualdades sociais, relegando ao jovem, filho de famílias menos abastadas pela sorte, um horizonte de poucas possibilidades, não restando a estes outras alternativas a não ser o trabalho volante ou a evasão para grandes centros engrossando as fileiras dos sem-emprego por absoluta falta de qualificação profissional.

É portanto absolutamente fundamental o reconhecimento deste pleito por parte do Poder Público, num ato que acima de tudo seja entendido como um resgate da justiça social.

#### REQUERIMENTO Nº 1379

Senhor presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, sejam solicitadas a Sua Excelência o Secretário de Estado dos Transportes, deputado estadual Nelson Justus, as providências abaixo:

Limpeza de canaletas e corte da vegetação das margens dos trechos de estradas estaduais a seguir discriminados:

a - da Rodovia Charles Naufal a Primeiro de Maio;

b - de Sertanópolis a Bela Vista do Paraíso;

c - de Bela Vista do Paraíso a Florestópolis;

d - de Florestópolis a Centenário do Sul;

e - de Centenário do Sul a Lupionópolis;

f - da BR-369 à Rodovia do Cerne, passando por Nova América da Colina e São Sebastião da Amoreira.

Termos em que, pede e espera deferimento.

Sala das Sessões, em 15.05.2001.

(a) HERMES FONSECA

#### JUSTIFICATIVA:

Todos os trechos listados possuem características comuns: são estreitos, as canaletas estão obstruídas pela terra e pelo mato, a vegetação (mato e capim colônio) está invadindo as pistas de rolamento.

Nestas condições, as estradas estão perigosas para o tráfego, pois diminuem a visibilidade e, nos dias de chuva, a água escoar pela pista.

Sugerimos que, para uma ação de emergência, a Secretaria dos Transportes poderia recorrer ao auxílio das concessionárias, já que tais trechos levam às rodovias Charles Naufal e BR-369, onde se cobram pedágios.

#### REQUERIMENTO Nº 1385

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor José Tavares, Mui Digno Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a destinação de viaturas para o Município de Cafezal do Sul, sendo uma para a Polícia Civil e outra para a Polícia Militar.

A reivindicação em questão, objetiva oferecer às Polícias Civil e Militar, meios de realizar um trabalho com maior eficiência, no sentido de assegurar a ordem pública, garantindo conseqüentemente tranquilidade à população.

Para que esses organismos possam contar com uma estrutura operacional à altura do porte da cidade e com capacidade para atender à demanda, torna-se imprescindível a liberação das viaturas.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor José Mário Morim, Prefeito Municipal (Avenida Italo Orcelli, 796) e ao Vereador José Altino de Souza, Presidente da Câmara Municipal (Avenida Italo Orcelli, 658) CEP 875567-000.

Sala das Sessões, em 15.05.2001.

(a) NELSON GARCIA

#### REQUERIMENTO Nº 1386

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor José Tavares, Mui Digno Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a destinação de viaturas para o Município de Cidade Gaúcha, sendo uma para a Polícia Civil e outra para a Polícia Militar.

A reivindicação em questão, objetiva oferecer às Polícias Civil e Militar, meios de realizar um trabalho com maior eficiência, no sentido de assegurar a ordem pública, garantindo conseqüentemente tranqüilidade à população.

Para que esses organismos possam contar com uma estrutura operacional à altura do porte da cidade e com capacidade para atender à demanda, torna-se imprescindível a liberação das viaturas.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Antônio M. de O. Lucena, Prefeito Municipal (Prefeitura Municipal) e ao Presidente da Câmara Municipal, CEP 87820-000.

Sala das Sessões, em 15.05.2001.

(a) NELSON GARCIA

#### REQUERIMENTO Nº 1387

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido duto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor José Tavares, Mui Digno Secretario de Estado da Segurança Pública, solicitando a destinação de viaturas para o Município de Cruzeiro do Oeste, sendo uma para a Polícia Civil e outra para a Polícia Militar.

A reivindicação em questão, objetiva oferecer às Polícias Civil e Militar, meios de realizar um trabalho com maior eficiência, no sentido de assegurar a ordem pública, garantindo conseqüentemente tranqüilidade à população.

Para que esses organismos possam contar com uma estrutura operacional à altura do porte da cidade e com capacidade para atender à demanda, torna-se imprescindível a liberação das viaturas.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Yokio Tominaga, Prefeito Municipal (Rua J. E. Resende, 686) e ao Vereador Benedito Aparecido de Campos Barbosa, Presidente da Câmara Municipal - CEP 87400-000.

Sala das Sessões, em 15.05.2001.

(a) NELSON GARCIA

#### REQUERIMENTO Nº 1388

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja enviada correspondência ao Excelentíssimo Senhor Armando Martinho Bardou Raggio, Digníssimo Secretário de Estado da Saúde, solicitando a instalação do serviço de cardiologia e cirurgia hemodinâmica, objetivando atender demanda na área da 11ª Regional de Saúde, localizada no Município de Campo Mourão - PR, colocando este importante e vital atendimento ao alcance da população dos 25 (vinte e cinco) municípios da Comcam.

Sala das Sessões, em 15.05.2001.

(a) NELSON TURECK

#### REQUERIMENTO Nº 1392

Senhor presidente.

O deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o duto Plenário, o envio de expediente à Diretran - Diretoria de Trânsito da URBS - Urbanização de Curitiba S.A., solicitando a instalação de um semáforo no cruzamento existente entre as Ruas Arthur Mohr e João Bettega, no bairro do Portão, em Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 15.05.2001.

(a) CUSTÓDIO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação visa a diminuição de acidentes naquele cruzamento, inclusive atropelamentos de crianças e jovens que repetitivamente ocorrem, pois a Rua Arthur Mohr termina na Rua João Bettega, e embora de pequena extensão, essa via abriga o Colégio Martinus e possui grande movimentação de pedestres, principalmente de estudantes em horários de início e término de turno escolar, bem como grande é a circulação de veículos dos pais dos alunos nesses horários.

No local não há rótula que permita o acesso seguro à Rua João Bettega, dificultando o tráfego dos veículos que procuram entrar à esquerda na João Bettega, quando vêm do Colégio em direção àquela via, causando congestionamento e aumentando ainda mais o risco de acidentes. A instalação de semáforo no local, é medida imperiosa, atende ao clamor popular e certamente prevenirá acidentes.

#### REQUERIMENTO Nº 1406

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Vicente Troiano Netto, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, solicitando a criação de Seção Judiciária em Marechal Cândido Rondon - PR.

Sala das Sessões, em 15.05.2001.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

A criação da Seção Judiciária em Marechal Cândido Rondon, é um anseio da população rondonense, entidades, prefeituras e Câmaras Municipais da região, juntamente com os serventuários da justiça e as autoridades judiciais, e objetiva oferecer melhores condições e maior agilidade no atendimento do Poder Judiciário à população, além de se constituir em um importante passo na consolidação deste município como pólo regional.

#### REQUERIMENTO Nº 1409

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER à Mesa, após ouvido o duto Plenário, encaminhe ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional, Senador Jader Barbalho, ao Excelentíssimo Senhor

Presidente da Câmara Federal, Deputado Aécio Neves, e ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão Mista de Orçamentos Públicos e Fiscalização, Deputado Alberto Goldmanm, envie-se expediente hipotecando apoio à Emenda 01032, à Lei de Diretrizes Orçamentárias 2002, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, com cópia para o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso.

Sala das Sessões, em 15.05.2001.

(a) RICARDO MAIA

#### JUSTIFICATIVA:

A Emenda 01032 à LDO 2002 da União corrige a tabela do Imposto sobre a renda das Pessoas Físicas, das deduções e de outros constantes da Lei nº 9.250, de dezembro de 1995. A tabela citada não é corrigida há cinco anos, do que decorreu distorção que desfavorece o contribuinte Pessoa Física.

Corrigindo estas tabelas, corrige-se a injustiça que se vem verificando, pois assim estar-se-á recolocando o espírito da Lei nº 9.250 ao fixar as faixas a serem tributadas, visto que neste período a inflação, ainda que infinitamente menor que a já verificada em épocas anteriores, fez aumentarem os preços de mercadorias e serviços, e, portanto, desequilibrando a relação entre o custo de vida e a renda a ser tributada.

A situação vem se tornando crítica a ponto de a questão já merecer mobilizações da sociedade civil em diversos planos, fazendo do assunto presença constante, inclusive nos veículos de comunicação social e nos debates de organizações de contribuintes e similares.

Julgamos, portanto, de suma importância a aprovação da oportuna emenda apresentada pelo Senador Lúcio Alcântara, assim como é igualmente importante esta Assembléia Legislativa pronunciar-se em favor desta emenda, cujo teor e justificativa seguem anexas.

Daí as razões do presente requerimento.

#### REQUERIMENTO Nº 1412

Senhor presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores do bairro Pinheirinho, mais especificamente os das proximidades do “Bar do Maia”, localizado entre as Ruas Guarda Marinha esquina com a Rua José Osires Bagliolo - Vila Independência, perto do Supermercado Albino. Infelizmente os moradores vizinhos não conseguem dormir face à bagunça promovida pelos frequentadores desse bar, dos tiros de arma de fogo, brigas, prostituição e tráfico de drogas. Pede-se urgência no atendimento do presente, tendo em vista que toda a comunidade está sendo prejudicada e sem segurança.

Sala das Sessões, em 15.05.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 1413

Senhor presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido da Senhora Neusa Pereira, residente na Rua Jânio Quadros nº 121 - Jardim Josiane, que pede a troca da lâmpada queimada do poste sito na rua em que reside, esquina com a Rua Alfredo Valente, nas proximidades do ponto de ônibus.

Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 9196-2536.

Sala das Sessões, em 15.05.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 1414

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Campo Largo, no sentido de atender o pedido do senhor Carlos de Oliveira Ramos, residente à Rua Condor nº 09 - Ferraria - Vila Celcy, que pede reparos na rua em que reside, tendo em vista, a mesma encontrar-se intransitável.

Os buracos são enormes e tornaram-se verdadeiras valetas atravessando a rua, o que tem causado uma série de transtornos para toda a comunidade.

Tal pedido já foi feito junto à prefeitura há algum tempo, porém nenhuma providência já foi tomada e a situação vem se agravando a cada dia.

Pede-se urgência no atendimento do presente. Se necessário, recomendamos contato com o requerente pelos telefones 649-2264 e 9105-2411.

Sala das Sessões, em 15.05.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 1415

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Fazenda Rio Grande, no sentido de atender o pedido da senhora Ilda Szepko, residente à Av. Carvalho, nº 101 - Vila Pátria Minha, que pede uma verificação no poste sito em frente à sua residência, tendo em vista que a lâmpada fica acesa dia e noite, ininterruptamente. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 627-4264.

Sala das Sessões, em 15.05.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 1416

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido da senhora Rosélia Terezinha de Oliveira, residente na Rua São Bento nº 283 - Jardim Monte Santo, que pede a implantação de iluminação pública nas Ruas Lourenço Ângelo Buzato e da Flor - Jardim Monte Santo.

Os moradores pagam e não dispõem do benefício, o que é uma injustiça. O local é muito escuro à noite e favorece a ocorrência de assaltos.

Pede-se urgência pelo atendimento do presente. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 657-2853.

Sala das Sessões, em 15.05.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 1417

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o pedido da senhora Marinalva Cesário Villas Boas, residente na Rua do Ipê, nº 6, Bairro Monte Castelo, que pede reparos e limpeza na rua em que reside, tendo em vista que o mato já se encontra com um metro de altura.

Há quatro (04) anos que ela vem fazendo tal pedido à prefeitura, porém, infelizmente até a presente data não foi atendida.

Essa rua termina em frente à sua residência, porém como a mesma não oferece condições de tráfego, é obrigada a deixar seu veículo na casa do cunhado. Segundo ela, é impossível o acesso à sua residência.

Se necessário recomendamos contato com a requerente pelos telefones 253-7673 e 666-9374.

Sala das Sessões, em 15.05.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 1424

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à d. Mesa Executiva, o encaminhamento à presidência da Companhia Paranaense de Energia Elétrica - Copel, o seguinte:

##### **Pedido de Informações:**

1 - Dentro do total de energia elétrica hoje produzida por essa companhia:

- a) qual o percentual utilizado dentro do Paraná?
- b) qual o percentual vendido para outros estados?
- c) existe excedente não utilizado? qual o percentual?

2 - De que forma a energia é hoje distribuída, percentualmente?

3 - Na comercialização da energia, qual o custo final ao consumidor do Paraná? E para fora do Estado qual o custo do MW/h?

4 - Quais os investimentos que estão sendo feitos no sentido de impedir que o Paraná entre na crise energética?

5 - Existe algum plano de racionalização do uso da energia? Se existe, qual?

6 - Existe estudo do impacto que um racionamento da energia pode causar ao Paraná? Se existe, qual?

7 - Qual a previsão para a expansão do setor energético, neste e nos próximos quatro anos?

8 - Existe algum subsídio social do Governo do Estado para a eletrificação rural? E urbana?

Sala das Sessões, em 15.05.2001

(a) ALGACI TULIO

#### REQUERIMENTO Nº 1426

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao senhor Governador Jaime Lerner, solicitando informações referentes à Copel.

##### **Pedido de Informações:**

1 - Dentro do total de energia elétrica hoje produzida por essa companhia:

- a) qual o percentual utilizado dentro do Paraná?
- b) qual o percentual vendido para outros estados?
- c) existe excedente não utilizado? qual o percentual?

2 - De que forma a energia é hoje distribuída, percentualmente?

3 - Na comercialização da energia, qual o custo final ao consumidor do Paraná? E para fora do Estado qual o custo do MW/h?

4 - Quais os investimentos que estão sendo feitos no sentido de impedir que o Paraná entre na crise energética?

5 - Existe algum plano de racionalização do uso da energia? Se existe, qual?

6 - Existe estudo do impacto que um racionamento da energia pode causar ao Paraná? Se existe, qual?

7 - Qual a previsão para a expansão do setor energético, neste e nos próximos quatro anos?

8 - Existe algum subsídio social do Governo do Estado para a eletrificação rural? E urbana?

Sala das Sessões, em 15.05.2001

(a) ALGACI TULIO

#### REQUERIMENTO Nº 1429

Senhor Presidente.

O deputado estadual que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e legais, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER envio de expediente ao Governo do Estado do Paraná, solicitando as seguintes informações:

a) Prestação de contas do Banestado referente ao exercício de 1998, não fornecidas ao Tribunal de Con-

tas, bem como programa de saneamento do Banestado (pág. 57)

b) Prestação de contas do Governo do Estado, referente aos anos de 1999/2000

c) Relatório dos técnicos do Tribunal de Contas às auditorias realizadas no Programa Projeto Paraná Qualidade de Ensino Público na Educação PQE, contendo pareceres com ressalvas (pág.45)

d) Quanto cada empresa vencedora da licitação de publicidade do governo recebeu e, como e para onde destinou os recursos recebidos, nominando os veículos beneficiados, valores e datas de assinatura dos contratos com cópias dos mesmos explicitando a justificativa da despesa.

e) Contratos de venda da Copel e da Sanepar- comprometimento com Bolsa de Valores e BNDES.

f) Discriminação das despesas para a implantação das montadoras de veículos e empresas fornecedoras instaladas no Paraná, incluindo os investimentos da Sanepar e Copel para que se efetivasse a instalação das indústrias.

Sala das Sessões, em 15.05.2001

(a) NEIVO BERALDIN

#### REQUERIMENTO Nº 1430

Senhor Presidente.

O deputado estadual que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e legais, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER envio de expediente ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, solicitando as seguintes informações:

a) Prestação de contas do Banestado referente ao exercício de 1998, não fornecidas ao Tribunal de Contas, bem como programa de saneamento do Banestado (pág. 57)

b) Prestação de contas do Governo do Estado, referente aos anos de 1999/2000

c) Relatório dos técnicos do Tribunal de Contas às auditorias realizadas no Programa Projeto Paraná Qualidade de Ensino Público na Educação PQE, contendo pareceres com ressalvas (pág.45)

d) Quanto cada empresa vencedora da licitação de publicidade do governo recebeu e, como e para onde destinou os recursos recebidos, nominando os veículos beneficiados, valores e datas de assinatura dos contratos com cópias dos mesmos explicitando a justificativa da despesa.

e) Contratos de venda da Copel e da Sanepar- comprometimento com Bolsa de Valores e BNDES.

f) Discriminação das despesas para a implantação das montadoras de veículos e empresas fornecedoras instaladas no Paraná, incluindo os investimentos de Sanepar e Copel para que se efetivasse a instalação das indústrias.

Sala das Sessões, em 15.05.2001

(a) NEIVO BERALDIN

## Projetos de Lei:

### PROJETO DE LEI Nº 179/2001

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Estabelece obrigatoriedade ao Poder Executivo Estadual de aplicar a receita proveniente do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA a recuperação e conservação de rodovias estaduais que não foram objeto de concessão pública.

Art. 2º - Os municípios também estarão obrigados a aplicar os recursos provenientes deste imposto, repassados pelo Estado, na recuperação das vias públicas municipais.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em, 15.05.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

#### JUSTIFICATIVA:

O presente projeto visa recuperar e conservar as rodovias estaduais que não são objeto de concessão, bem como as vias públicas municipais, compreendendo-se as vias urbanas e rurais.

Em que pese a enorme arrecadação de IPVA, ante o grande número de veículos registrados junto ao Detran do nosso Estado, muito pouco, para não dizermos quase nada, do que é recolhido aos cofres públicos, tem sido empregado para os fins de conservação e recuperação das referidas vias.

A atual situação das rodovias que se encontram sob a responsabilidade do DER, muitas praticamente intransitáveis, outras em péssima situação, vem demonstrar a necessidade de tomarmos urgentes providências no sentido de revertermos este quadro.

Portanto, resta clara a necessidade de direcionarmos os recursos oriundos do IPVA para os fins de que tratam o presente projeto, pois, em sendo o IPVA, como próprio nome diz, Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores, a que outro fim deveria ser destinado senão à recuperação e conservação das vias e rodovias por onde trafegam estes veículos?

Isto posto, contando com o apoio dos nobres pares, esperamos ver a presente proposição aprovada.

### PROJETO DE LEI Nº 180/2001

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Programa de Financiamento da Casa Própria Rural - Proficar, institucionalmente denominado de: Programa "Casa no Campo", destinado ao financiamento de cons-



trução, aquisição ou melhoramento de habitação para a população rural.

Art. 2º - Serão beneficiários do Proficar os micro, mini, pequenos e médios produtores rurais, desde que com renda familiar mensal inferior à dez salários mínimos.

Parágrafo único - As sociedades cooperativas e associações de produtores rurais, legalmente constituídas, que manifestarem interesse em produzir ou recuperar habitações para as comunidades rurais, beneficiárias do programa, poderão contratar empréstimo do Proficar com prazo de até vinte e cinco anos, proporcionais ao tamanho da propriedade, tendo como critério para os micro e mini-produtores 25 anos; pequenos 20 anos e médios 15 anos.

Art. 3º - É vedado o financiamento do Proficar aos proprietários, promitentes compradores ou cessionários de imóvel residencial urbano na mesma localidade.

Art. 4º - Constituirão recursos do Proficar, aqueles disponibilizados pelo sistema de poupança administrados pelas agências oficiais de fomento e pela lei orçamentária anual de cada exercício.

Art. 5º - O Poder Executivo destinará, na forma da lei, recursos orçamentários para gastos pertinentes ao programa e em ações de saneamento que visem complementar as ações implementadas no âmbito do Proficar.

Art. 6º - Cabe ao Poder Executivo definir o organismo estadual que coordenará as ações no âmbito do Proficar e articular, com os municípios, a iniciativa privada e as comunidades rurais, a implementação do Programa.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.05.2001.

(a) NELSON TURECK

#### JUSTIFICATIVA:

A trajetória da urbanização brasileira - influenciada pelos diferentes modelos de desenvolvimento adotados e pela falta de uma política agrária eficiente - foi marcada, em seus diferentes estágios, pelo aumento da pobreza, da desigualdade social e das disparidades regionais. Muitos centros urbanos, atingidos pelo "inchaço múltiplo", têm sofrido com a falta de capacidade para absorver um contingente populacional que demanda habitação, saneamento e outros serviços públicos, indispensáveis à sobrevivência humana.

É certo que o homem do campo, por falta de opções, desloca-se para as cidades, onde passa a ser apenas mais um número na contagem do déficit habitacional. E o meio rural, por sua vez, não oferece qualquer atrativo para esse cidadão, que busca os centros urbanos inspirado

pelo sonho de melhores condições de vida. Afinal, as poucas políticas habitacionais que se tem conhecimento, criadas para beneficiá-lo, na maioria das vezes, falharam, principalmente pela carência de recursos públicos, com raríssimas exceções, a exemplo do Programa Estadual de Vilas Rurais, criado para conter o êxodo rural, mas voltado aos trabalhadores rurais volantes (bóias-frias) e não ao proprietário, conforme proposta em questão.

Assim, o propósito de contribuir para amenizar a grave situação pela qual passa o setor habitacional rural, apresentamos esta proposição, entendendo que é extremamente necessário criar-se uma política básica, que destine recursos específicos à produção, aquisição ou reforma de moradias. Buscamos, assim, assegurar o atendimento de parcela dessa população carente e facilitar a fixação do homem no meio rural.

Pelas razões expostas, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para aprovação desta matéria.

#### PROJETO DE LEI Nº 181/2001

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Ribeirão Clareense de Canoagem, com sede e foro no Município de Ribeirão Claro.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15.05.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

#### JUSTIFICATIVA:

A propositura em tela tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Ribeirão Clareense de Canoagem, entidade que dirige e incentiva o esporte da canoagem no Município de Ribeirão Claro.

A Associação Ribeirão Clareense de Canoagem é uma entidade sem fins lucrativos, fundada em 10 de maio de 1999, que realiza, com sucesso, trabalhos inerentes às finalidades de sua criação.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

#### PROJETO DE LEI Nº 182/2001

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Sociedade Civil Beneficente Mater Dei, do Município de Curitiba, neste Estado.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.05.2001.

(a) TONY GARCIA

**JUSTIFICATIVA:**

Ao propormos que seja declarada de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente Mater Dei, no Município de Curitiba, neste Estado, o fazemos consciente da necessidade e importância da referida entidade beneficente filantrópica, que tem como objetivo primário a prestação de assistência médico-hospitalar a pessoas que dela necessitem.

Terá também a finalidade de prestar permanentes serviços gratuitos, sem discriminação de qualquer natureza, de acordo com as suas possibilidades, mediante remuneração ou não, dependendo da circunstância econômica do usuário e nos limites de sua capacidade financeira.

**PROJETO DE LEI Nº 183/2001**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Distrito Administrativo de Cachoeira do Espírito Santo, com sede e foro no Município de Ribeirão Claro.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15.05.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

**JUSTIFICATIVA:**

A propositura em tela tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Distrito Administrativo de Cachoeira do Espírito Santo, entidade composta na maioria por bóias-frias e tem por objetivo principal fazer um trabalho de desenvolvimento comunitário entre seus associados no Município de Ribeirão Claro e região.

A Associação é uma entidade sem fins lucrativos, fundada em 10 de junho de 1989, que realiza, com sucesso, trabalhos inerentes às finalidades de sua criação.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

**PROJETO DE LEI Nº 184/2001**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica assegurado às pessoas portadoras de deficiência, gratuidade nos transportes coletivos urbanos intermunicipais no território do Estado do Paraná.

Art. 2º - Para efeito desta lei, considera-se transportes coletivos urbanos intermunicipais os ônibus de linhas intermunicipais do Estado do Paraná.

Art. 3º - O não atendimento ao previsto nesta lei obriga o infrator ao pagamento de multa de 100 (cem) a 100 (mil) vezes o valor da passagem.

Parágrafo único - A multa será cobrada após processo administrativo, podendo ser dobrada em caso de reincidência.

Art. 4º - O texto desta lei será afixado, na sua íntegra, na entrada dos meios de transportes citados no artigo 2º e também nos pontos de vendas de passagens e vales-transporte.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 2001.

(a) ALGACI TULIO

**JUSTIFICATIVA:**

A exemplo de outros Estados da Federação, estamos propondo o passe livre para pessoas portadoras de deficiências, já que estes, menos favorecidos pela sorte merecem o apoio da sociedade à sua sobrevivência no meio social.

Com dificuldade, muitos deficientes têm se colocado quase como pessoas “normais”, já que trabalham, estudam, enfim, levam uma vida comum como todos nós. É claro que sua condição os obriga a tomar uma série de medidas que encarecem sua sobrevivência, já que dependem de aparelhos (muitas vezes caros) para se locomoverem, ou ainda bengalas (em casos de cegos, que também necessitam de escolas especializadas), além de outros entraves financeiros.

Procurando minimizar estas difíceis situações, propomos o auxílio da sociedade a estes seres humanos que necessitam do nosso apoio. Desta forma, a proposição do passe livre seria até um incentivo àqueles que ainda não têm condições de se colocar como membros ativos no meio social, de o fazerem.

Ainda, o passe livre daria condições àqueles que buscam auxílio na área de saúde em outros municípios (próximos aos seus), que não o de sua residência, de o fazerem sem altos custos, o que também lhes seriam um auxílio.

Aqui, evocamos como legisladores o artigo 242 da Constituição Federal, que preceitua:

Art. 242 - Compete ao Estado organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse estadual, metropolitano ou microrregional, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial.

§ 1º - Compete ao Estado legislar sobre o sistema de transporte intermunicipal, bem como sobre os demais modos de transportes e sua competência, estabelecidos em lei.

§ 2º - .....

§ 3º - .....

§ 4º - Serão estabelecidos em lei os critérios de fixação de tarifas dos serviços públicos de transportes.

Desta forma, solicitamos o apoio dos nobres pares para o presente projeto de lei que entendemos ser de grande importância aos deficientes físicos.

PROJETO DE LEI Nº 185/2001  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Ficam alterados os objetivos do Plano de Aplicação da Lei nº 13.030, de 28 de dezembro de 2.000, na parte que destinou recursos para o Município de Morretes, alterando as seguintes expressões:

a) do valor de R\$200.000,00 (duzentos mil reais) destinado para “Auxílio Transporte Escolar”, fica R\$120.000,00 (cento e vinte mil reais) destinado para “Construção Escola na localidade de Barreiros” e R\$80.000,00 (oitenta mil reais) para “Reforma de escola na Vila Ferroviária”.

b) do valor de R\$75.000,00 (setenta e cinco mil reais) destinado para “Drenagem e Limpeza do Rio Bom Jardim e seus canais” passa o seu objetivo para “Aquisição Caminhão Coleta Lixo que não é Lixo”.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder as alterações orçamentárias na Lei nº 13.030, de 28 de dezembro de 2.000, em decorrência do contido nesta lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15.05.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

**JUSTIFICATIVA:**

Estamos apresentando a presente proposição com o objetivo de atender reivindicação do Prefeito Municipal de Morreres, Helder Teófilo dos Santos, trocando o Plano de Aplicação das emendas aprovadas destinadas para o referido município.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 186/2001  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica a Companhia Paranaense de Energia - Copel autorizada a doar à Secretaria de Estado da Educação do Paraná, imóvel situado no Município de Maringá, na quadra de terras nº 111, com área total de 17.500 metros quadrados, zona 07, inscrito no Registro Geral do Registro de Imóveis 3º Ofício de Maringá sob a matrícula nº 8.068.

Art. 2º - O imóvel a que se refere o artigo 1º desta lei será utilizado exclusivamente para as instalações e ati-

vidades do Colégio Estadual Santa Maria Goreti, de Maringá, não podendo ter destinação diversa, sob pena de esta doação tornar-se, automaticamente, sem efeito, revertendo os imóveis e as benfeitorias que porventura estejam nele edificadas ao patrimônio da Companhia Paranaense de Energia, sem direito a futuros ressarcimentos, ficando ainda gravado com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 3º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.05.2001.

(a) RICARDO MAIA

**JUSTIFICATIVA:**

O presente projeto de lei visa legislar uma situação fática já vigente, visto que o Colégio Estadual Santa Maria Goreti ocupa desde boa data o referido imóvel, indispensável às suas atividades administrativas e pedagógicas. Ademais, cumpre ressaltar que o imóvel cuja doação é objeto deste projeto de lei, vinha, até sua atual destinação de fato, há anos ocioso, razão pela qual a comunidade maringaense, especialmente a diretamente afetada pelas atividades do Colégio Estadual Santa Maria Goreti, se mobilizou para que o referido terreno fosse destinado ao colégio, pois só assim ele poderia ampliar sua capacidade de recepção de alunos numa das regiões que mais cresceu em Maringá nas últimas duas décadas.

Uma vez sendo a situação fática acima exposta, não se justifica manter-se o atual quadro legal, fazendo-se necessária, assim, a adequação proporcionada pelo presente projeto de lei, que tem por objetivo salvaguardar o Colégio Estadual Santa Maria Goreti, e por extensão a Secretaria de Estado da Educação e o ensino público do Paraná, de eventuais transtornos legais que venham a prejudicar o Estado atualmente vigente e cuja manutenção se pretende, sob pena de graves prejuízos futuros.

Diante do exposto, justifica-se o presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 187/2001  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Leônidas Pontes - Ensino Fundamental do Município de Uraí, com sede e foro na Cidade de Uraí.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15.05.2001.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

**JUSTIFICATIVA:**

A Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Leônidas Pontes - Ensino Fundamental, é uma entidade civil sem fins lucrativos, que tem por finalidade o desen-

volvimento de ações que favoreçam os alunos principalmente a parcela mais carente.

Na busca constante do aprimoramento do ensino, integra família, escola e comunidade através de eventos promocionais, meio de aquisição de recursos, como bem esclarece o relatório de atividades anexo ao presente.

As ações desenvolvidas pela APM estão voltadas a soluções dos problemas quotidianos da escola e, além dos recursos arrecadados com promoções junto à comunidade local, há que se ressaltar que a entidade necessita de repasse de valores por parte de órgãos públicos municipais, estaduais e federais.

Para se habilitar junto aos mesmos, portanto, necessita da Lei de Utilidade Pública.

#### PROJETO DE LEI Nº 188/2001

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a doar ao município de Jandaia do Sul parte de um terreno, com 1.468m<sup>2</sup> pertencente à Escola Estadual Rui Barbosa (Fundepar).

Art. 2º - O imóvel que se refere o artigo desta lei, será utilizado para construção de uma Casa da Cultura, exclusivamente para esta aplicação, não podendo ter destinação diversa, sob pena de esta doação tornar-se automaticamente sem efeito.

Art. 3º - Em caso de destinação adversa ao proposto, poderá o imóvel e as benfeitorias que por ventura venham a ser edificadas, ser revertidos ao patrimônio do Estado do Paraná, sem direito a futuros ressarcimentos, ficando, ainda, gravada com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.05.2001.

(a) MILTINHO PUPIO

#### JUSTIFICATIVA:

Justifica-se o presente em face de importância da construção de uma casa da cultura, a fim de valorizar, junto principalmente à classe estudantil, a cultura.

Em nosso País o incentivo e acesso à cultura são muito restritos, é preciso que se crie mecanismos e proximidade deste acesso principalmente aos jovens.

Cabe salientar que a doação deste em nada prejudicará o funcionamento da Escola Estadual Rui Barbosa, que não está com falta de salas de aulas e como comprovam as fotos, esta área está desativada, além de ser uma área central, bem localizada e de fácil acesso.

Pelo exposto, espero poder contar com o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação do presente projeto de lei.

#### PROJETO DE LEI Nº 189/2001

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a doar ao Município de Jandaia do Sul o terreno sob nº 17, da quadra nº 26, com área total de 787,50m<sup>2</sup>, situada na Cidade de Jandaia do Sul - PR.

Art. 2º - O imóvel que se refere o Art. 1º desta lei será utilizado para construção de um centro de saúde, não podendo ter destinação diversa, sob pena de esta doação tornar-se automaticamente sem efeito.

Art. 3º - Em caso de destinação adversa ao proposto, poderá o imóvel e as benfeitorias que porventura venham a ser edificadas serem revertidos ao patrimônio do Estado do Paraná, sem direito a futuros ressarcimentos, ficando, ainda, gravada com a cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.05.2001.

(a) MILTINHO PUPIO

#### JUSTIFICATIVA:

Justifica-se o presente pedido face à importância da construção de um centro de saúde naquele local a fim de atender grande parte dos munícipes, valorizando-se o ser humano e ainda visa eliminar um ponto de encontro de viciados e mendigos que usam hoje dessas instalações que estão com péssimo aspecto, para proliferarem coisas indesejáveis à nossa sociedade.

Salientamos que a saúde deve ser tratada como fator prioritário em todos os aspectos. E como o Município está disposto a fazê-lo nota-se que os resultados serão muito mais eficazes que deixar viciados administrando o imóvel.

Cabe-nos informar as condições precárias em que se encontra a construção sobre o terreno e para tanto anexamos as fotos comprobatórias recentemente colhidas, dando ciência a quem queira de que providências urgentes devem ser tomadas para o bom desempenho do poder público.

Pelo exposto acima, esperamos poder contar com o apoio dos nobres parlamentares, aprovando o presente projeto de lei.

#### PROJETO DE LEI Nº 190/2001

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo do Estado do Paraná, autorizado a doar à Prefeitura Municipal de Nova Fátima um terreno urbano com área de 1.2000,00m<sup>2</sup>

(hum mil e duzentos metros quadrados), situado na Rua Marechal Gaspar Dutra, lado par, esquina com a Rua Moysés Lupion, lado ímpar, nesta cidade, medindo trinta (30) metros de frente por quarenta (40) metros da frente aos fundos, constituído de partes das datas de terras nºs 06 (seis) e 08 (oito), pelos fundos com terrenos das datas nºs 22 (vinte e dois) e 24 (vinte e quatro) da Avenida 14 de Dezembro, pelo lado direito, e metragem linear que abrange vinte metros da data nº 08 e vinte metros da data nº 06, com os restantes destas mesmas datas, através de escritura pública lavrada no livro nº 03, às folhas 177/178, sob matrícula nº 773, do Cartório de Registro de Imóvel do Município de Nova Fátima.

Art. 2º - O terreno urbano que se refere o artigo 1º desta lei, será utilizado pela prefeitura Municipal de Nova Fátima exclusivamente para a construção do Posto de Saúde, não podendo ter destinação diversa, sob pena desta doação torna-se, automaticamente, sem efeito, revertendo o terreno e as benfeitorias que porventura venham a ser edificadas, ao patrimônio do Estado do Paraná, sem direitos a futuros ressarcimentos, ficando, ainda, gravada com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.05.2001.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Tal propositura pretende possibilitar a instalação de um Posto de Saúde, trazendo grandes benefícios a toda comunidade, principalmente à população carente do Município de Nova Fátima e região.

Das razões expostas esperamos contar com sua aprovação pelos nobres deputados desta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 191/2001

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a criar e a implantar o Curso de Licenciatura em Informática na extensão de Goioerê, da Universidade Estadual de Maringá - UEM.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Sala das Sessões, em 15.05.2001.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Objetiva o presente projeto de lei atender justa reivindicação da comunidade de Goioerê, bem como dos municípios circunvizinhos, que têm na extensão da UEM, sediada naquele município, oportunidade singular de

desenvolver aprendizado num estabelecimento público de qualidade.

Por oportuno, cabe ressaltar que os vários ciclos econômicos pelos quais passou aquela região, deixaram no seu rastro sérias desigualdades sociais, relegando ao jovem filho de famílias menos abastadas pela sorte, um horizonte de poucas possibilidades, não restando a estes outras alternativas a não ser o trabalho volante ou a evasão para os grandes centros, engrossando as fileiras dos sem-emprego por absoluta falta de qualificação profissional.

É portanto, absolutamente fundamental o reconhecimento deste pleito por parte do poder público, num ato que acima de tudo seja entendido como um resgate de Justiça Social.

PROJETO DE LEI Nº 192/2001

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a Associação Evangélica Mão Amiga - AEMA, com sede e foro na Cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.05.2001.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

A Associação Evangélica Mão Amiga - AEMA, que ora encaminhamos para que seja declarada de Utilidade Pública Estadual, foi criada em 23/09/98, como pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, de caráter assistencial, educacional e cultural, com sede e foro na Cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, estando devidamente registrada sob nº 1342, no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, do Município de São José dos Pinhais, e cadastrada no CNPJ sob o nº 02.933.207/0001-44, estando em pleno funcionamento em cumprimento às suas finalidades estatutárias.

A instituição em apreço, além de defender os interesses da comunidade que assiste, desenvolve programas voltados às áreas da assistência social, e da saúde, além de outros programas de organização e desenvolvimento da comunidade, inclusive cursos profissionalizantes, contribuindo com órgãos públicos, entidades congêneres e demais segmentos organizados da sociedade, atendendo o disposto em seu estatuto, conforme relatório da atividade anexo.

Face ao exposto, e considerando que a instituição em epígrafe, além de cumprir seus objetivos, cumpre também o que dispõe a legislação pertinente, suponho que a mesma seja declarada de Utilidade Pública.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

No Pequeno Expediente concedo a palavra à Deputada Luciana Rafagnin.

**A SRA. LUCIANA RAFAGNIN**

Senhor presidente, senhores deputados, gostaria de relatar aqui e lembrar um pouco aos senhores deputados que estiveram acompanhando o acontecimento, ou seja, a mobilização dos agricultores familiares, puxados pela Frente Sul da Agricultura Familiar, havida nos dias 08, 09 e 10, na Capital do Estado. Os agricultores tiveram várias audiências. É bom citar aqui o descaso do Governo do Estado do Paraná, com relação à pauta de reivindicação da Frente Sul da Agricultura Familiar, pauta esta entregue em torno de, praticamente, um mês antes, em abril, quando então os agricultores, ou seja, a coordenação da agricultura familiar entregou essa pauta ao governo. E o governo se comprometeu de, uma vez por mês, sentar com a coordenação e discutir essa pauta. No entanto, se negou a receber essa coordenação, durante os dias 08, 09 e 10. Só recebeu, não o governo, mas mandou uma pessoa receber essa coordenação, no dia 10, devido à pressão, ao medo que teve quando viu os agricultores em frente do Palácio.

É bom citar, senhor presidente, que essa pessoa que recebeu os agricultores estava simplesmente sem saber o que continha a pauta da agricultura familiar, mostrando claramente para os agricultores, que o governo tem um descaso muito grande à agricultura familiar.

Falando em agricultura familiar, eu gostaria de citar aqui um dado que me chamou a atenção, em uma matéria vinculada nos grandes jornais do Paraná, no dia 13 de maio passado, onde o governo fala de alguns investimentos aqui, principalmente na agricultura. Cita a questão do Iapar. Diz que o Iapar tem 1.200 pesquisadores; 977 funcionários distribuídos entre sedes, pólos e estações de pesquisa; destes 133 são pesquisadores, sendo: quatro bacharelados; dois com especialização; 74 com mestrado; 49 com doutorado; e quatro com pós-doutorado. Até meados de 90, o quadro de pesquisadores do Iapar chegou a 220. A partir do Governo Jaime Lerner o número de pesquisadores vem reduzindo dia-a-dia, e com certeza vai reduzir ainda mais, porque tivemos conhecimento, senhores deputados, que o último concurso realizado pela Embrapa, para contratação de novos pesquisadores, muitos dos aprovados são do Iapar.

Gostaria de citar alguns dados que a gente adquiriu, junto ao Iapar, que nos chamam a atenção, principalmente, no que fala em termos salariais. A situação salarial dos funcionários do Iapar coloca que o salário de um pesquisador gira em torno de 4.500 reais. Porém existe um redutor de salário, onde o salário maior fica em torno de 2.836 reais. Esse redutor foi usado pelo governo, mas no entanto, está funcionando simplesmente para o Iapar, no restante, os outros setores, numa conversa, numa negociação com o ex-secretário, Giovani Gionédis,

foi conseguido amenizar esta situação, menos com o pessoal que trabalha para o Iapar.

Os recursos para custeio também nos chamam atenção, o valor repassado ao Iapar, para custeio, até 94 era de aproximadamente 400 mil reais mensais, ou seja, em torno de 4 bilhões e 800 mil reais/ano.

Esse valor foi reduzido em 95, 96, 97, 98, 99 e no ano 2000. No exercício do ano 2000 foram repassados cerca de 1 milhão e 227 mil ou sejam 96.700 reais mensais. E mais um recurso específico para compra de insumos, resumindo, daria um repasse mensal de 2 mil e 250 reais. Para o ano de 2001, os recursos para custeio foram reduzidos 96.700 reais/mês para cerca de 20 mil reais/mês, mais a compra de insumos. Se, se concretizar o que estão prevendo de repasse, o total a ser repassado, em 2001, para custeio, deve girar, no máximo em 600 mil reais, redução de cerca de 87% se compararmos ao ano de 1994.

Seriam vários os dados senhor presidente senhores deputados, que eu teria aqui para citar, com relação à questão do Iapar, mas gostaria de dizer aos senhores deputados, infelizmente não vamos poder citar aqui, no nosso espaço, pequeno, mas gostaria de convidar a todos os que têm interesse pela questão da agricultura, que têm interesse nas questões de pesquisas desenvolvidas, eu gostaria de pedir que se fizesse uma visita a Londrina, para visitar a sede do Iapar, e lá, de perto, com certeza, nós iremos constatar uma situação muito pior do que esta que estávamos relatando aqui.

Infelizmente nosso governo usa inclusive da propaganda enganosa, para ludibriar o povo paranaense, para fazer com que o povo se volte, simplesmente a coisas bonitas, escritas no papel, e esqueça a triste realidade.

Muito obrigado, senhor presidente.

**O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem)**

Senhor presidente, eu gostaria de registrar aqui, nesta sessão, a presença de várias autoridades da área de saúde, do Estado do Paraná, que estão aqui para tratar do consórcio de saúde, em todos os municípios do nosso Estado.

Mas, gostaria que fosse registrada a presença do doutor Walter Pecoits, chefe da Regional de Saúde, de Francisco Beltrão, ex-deputado estadual que muito nos honra com sua visita, e também do prefeito, meu amigo, meu companheiro, Loivo Roque Riter. Gostaria que Vossa Excelência registrasse e desse as boas-vindas às pessoas que nos visitam esta tarde.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Nós nos somamos ao seu registro e damos boas-vindas às nossas visitas. Vossas presenças engrandecem a tarde de hoje.

**O SR. WALDYR PUGLIESI (Pela Ordem)**

Senhor presidente, quero registrar a presença na Assembléia Legislativa, na tarde de hoje, de várias lide-

ranças políticas do meu município, Arapongas, entre elas o vereador Wilson Aparecido Xavier, presidente da Avempar, Associação dos Vereadores do Médio Parana-panema; Vereadora Ana Lúcia Pires, Vereador Sérgio Onofre da Silva, que é líder do PMDB, na câmara, e o Vereador Luiz Giocondo.

Eles estão aqui em Curitiba, trabalhando, para que nós no nosso município, pudéssemos ter a construção do novo fórum da cidade, que é uma reclamação de toda sociedade.

Para isso, senhor presidente, quero registrar também que apresentei uma emenda que está no orçamento do Estado, no valor de 200 mil, para a construção do Fórum da Cidade de Arapongas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Devidamente registrado.

No Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Hidekazu Takayama.

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA

Senhor Presidente, antes do meu depoimento, gostaria de saudar também as demais lideranças da cidade de Arapongas, entre elas, o Presidente da Câmara Municipal da Cidade de Arapongas, Osvaldo Simões de Mello, também os demais vereadores que abrilhantam esta Casa e nos dão alegria da sua presença, Vereadores Daile Camargo, Alcides Livrere Júnior, Antônio Donizeti de Souza Silva, Geraldo Nakagima (patrício) e Nelson Joaquim.

Queremos deixar registrado nos Anais da Casa a presença dessas lideranças da Cidade de Arapongas que ajudam a conduzir e bem, os destinos do município e que vieram também nesta ocasião, para fazer pressão para que o Tribunal de Justiça atenda as reivindicações mais justas e junto ao Governo do Estado também.

A razão que me traz aqui hoje, senhor presidente, é mais uma vez levantar uma questão que considero da maior importância. E antes de dar prosseguimento ao meu depoimento, fico aqui até pensando, e esta Casa que tem uma Bíblia sobre a mesa diretora, e o crucifixo aqui, atrás da base da direção, quero questionar com os cristãos aqui, quando falo cristão estou falando com os católicos, os evangélicos, enfim todos aqueles que têm Cristo como o senhor de sua vida.

Questiono nesta tarde se não há uma certa hipocrisia quando algumas pessoas que se dizem cristãos, vão depoimentos ou usam algumas pessoas para virem criticar aqueles que têm o direito junto de reivindicar os ensinamentos cristãos, porque acredito que a maior Constituição de todas, a Constituição mais justa, mais séria e que melhor conduz uma sociedade, são os ensinamentos do Nosso Senhor Jesus Cristo.

E eu, até como filho de japonês, poderia ter abraçado uma religião mais oriental, ou então com raízes do Japão. No entanto, sou um cristão convicto.

E é esta a razão que me faz subir aqui na tribuna, porque, acima do meu mandato, acima de todos os pensamentos e de tudo aquilo que nós possamos pensar, está meu sentimento cristão. E nessa Constituição que está aí, em cima desta mesa, e dentro do sentimento do cristão que realmente respeita a imagem este ícone que é o crucifixo, se bem que nós não estamos tanto preocupados com a cruz dos homens, mas sim com o homem que foi colocado na cruz, que na verdade era homem-Deus, eu quero nesta hora dizer que fiz um requerimento por diversas vezes e pessoas que se dizem cristãs jogaram a platéia contra aqueles que defendem os ensinamentos cristãos, e mesmo momento cheira hipocrisia de alguns, que eu não sei por que razão, talvez apenas para manter uma oposição sistemática que demonstra como vai ser se um dia assumir o poder, como vai ser o seu comportamento, jogando pessoas contra nós, querendo colocar palavras em nossa boca que nós nunca utilizamos.

Eu quero aqui dizer que os cristãos católicos e evangélicos não aceitam a aprovação do "casamento gay", isto aqui não é intolerância não, mas é 100% contrária à aprovação, sob o risco de termos uma sociedade que já está sendo ingovernável, situações incontornáveis, como por exemplo a questão da adoção dos filhos.

Se esta lei for aprovada, eu imagino a confusão mental que isso não vai causar nas nossas crianças, senhor presidente, quando um filho adotado vai chamar a quem de mãe ou a quem de pai. Imaginem um padre ou um pastor tendo que, na frente do altar, perguntar: "A senhora João quer se casar com a senhora Pedro? Não há coerência em nenhum aspecto.

Quando uso a tribuna aqui, senhores parlamentares não estou falando em meu nome, não, estou falando em nome de milhões de lares, milhões de famílias que também consignaram os votos a Vossas Excelências, que não aceitam esse tipo de comportamento. Isso não demonstra em mim, em nenhum cristão, qualquer retrocesso, nunca foi suicídio intelectual assumir os ensinamentos cristãos, mas os pseudo-intelectuais acham que negar a Deus e aprovar ou não aprovar leis como esta, significa retrocesso.

Imaginem e pensem o que desejarem, mas se há hipocrisia por alguns que se dizem cristãos e, que talvez, na caça dos votos vão às missas e aos cultos, para poder manter a aparência hipócrita perante a sociedade, há outros também que assumem 100% os ensinamentos cristãos.

É evidente que todos nós estamos sujeitos à falhas, o próprio cristianismo ensina isso. Porém, isso não anula a questão maior que é procurar viver dentro dos ensinamentos bíblicos.

Concordar com essa questão abominável, significa voltar as costas para o Cristo criador, que instituiu o casamento entre macho e fêmea.

A Bíblia em momento nenhum fala entre gays, entre indivíduos do mesmo sexo. Isso de Gênesis ao Apocalipse. Capítulo 2, de Gênesis, 24, diz: "portanto, deixará o varão o seu pai e a sua mãe e apegar-se-á à sua mulher e ambos serão uma só carne".

Alguém me questionou: “o senhor não é a favor dos Direitos Humanos?”.

Claro que sou. Agora, o que estão querendo é legitimar um equívoco, um erro.

Se a pessoa é homem e quer viver com homem, a Bíblia chama os Direitos Humanos de livre arbítrio, o problema é dele.

Agora o que estou aqui, é, não concordando que isso venha ser colocado na nossa Constituição. “A questão é questão de lei”, e essa a minha posição contrária com relação.

Imaginem, esse versículo vai ter que ser mudado para os cristãos: “Portanto, deixará o varão o seu pai, ou o seu pai a sua mãe, e apegar-se-á a quem? A outro homem, sei lá. Não vejo razões.

Tenho conversado seriamente com a comunidade gay ou entre eles é chamado grupo Dignidade. Tenho conversado entre eles, com o Tony e com outros e, eu disse: “Olha, o amor que o homem pode ter por outro, eu também tenho amigos aqui, o amor entre homem não significa fazer sexo homem com homem, não significa fazer sexo mulher com mulher, porque não dá certo. Não precisa ser nem inteligente. Não há argumento biológico, psicossomático, não há argumento nenhum estético, seja lá o que for, que possamos colocar na nossa cabeça isso.

Então, se alguns querem ser moderninhos e que querem aprovar isso, também existem milhões que não aceitam. Estou, em nome desses milhões, usando a tribuna para dizer a Vossa Excelência e aos companheiros cristãos desta Casa, mas de fachada mais de vivência, que possam entender que nós não podemos aprovar em momento nenhum.

Concedo o aparte ao Deputado Caíto Quintana.

#### **O Sr. Caíto Quintana**

Deputado, tanto quanto Vossa Excelência, acredito não tem discriminação alguma, por qualquer forma com que as pessoas resolvam viver e conviver, não é isso?

Também, não sou nada contra, que em Contrato Civil estabeleça uma sociedade entre pessoas, independentemente se a pessoa vive junto, não vive junto, se tem relações ou não tem relações, ou se é apenas um sócio comercial, é comum isso. E que você tenha um contrato social que gere direitos e gere deveres. Também concordo com isso e tenho certeza que Vossa Excelência também concorda com isso. Vou além: acho até que pessoas que vivam juntas nessa condição meio “esquisita de se dizer” - marido e mulher, não sei como é que fica a colocação, duas pessoas que vivam juntas com relações maritais, que essas pessoas busquem uma forma de se proteger.

Agora, da mesma forma que Vossa Excelência, acho que a legislação, no que representa casamento civil, não pode ser alterada dessa forma, possa ter uma forma legal através de um contrato civil - de garantir direitos, porque isso é muito natural. Uma pessoa pode, em qualquer circunstância, fazer um contrato. Agora daí a nós mudarmos o Código Civil, estabelecendo regras de casa-

mento, também acho que a evolução não pode chegar ao ponto de que ela permita a libertinagem como um todo, senão estaremos sujeitos - a qualquer instante, termos de mudar as regras preestabelecidas em casos que são exceção.

Porque ainda bem que no país que nós vivemos e no mundo que vivemos, a regra geral deve ser a regra dominante e a exceção deve buscar uma forma de exceção para resolver os seus problemas. E essa forma de exceção existe no próprio Código Civil, que é uma sociedade entre duas pessoas que estabelecem, da forma como quiserem, o seu patrimônio. Este laço estabelecido do Código Civil do casamento é muito complicado, porque envolve, inclusive, problemas de família, problemas de filhos que não surgirão, de adoção que não existe. Esta é uma questão de muito mais cautela, acho que Vossa Excelência - que é pastor, acima de tudo - traz um assunto que pode não parecer importante, mas é bom que as pessoas pensem que o modernismo nem sempre está plenamente de acordo com a forma de vivência da sociedade atual.

Obrigado.

#### **O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA**

Sabemos que a questão da união civil para questão de legitimar, vamos dizer, uma herança, não há necessidade de que seja feita uma lei. Qualquer contrato prevê e permite isso.

Então, ao aprovarmos essa lei da união civil, vai legitimar, também, por exemplo, que uma igreja evangélica que não permite isso - está contemplado na Constituição - fira frontalmente os ensinamentos da igreja e aí o pastor será obrigado a casar dois homens ali e se não o fizer, poderá ser processado.

É esse aspecto que queria deixar com os companheiros: o padre vai ter dificuldade, o pastor vai ter dificuldade porque vai estar contemplado na Constituição. É preciso encontrar um outro mecanismo, mas jamais essa chamada “união civil”, mesmo porque isso acaba se tornando um ícone, um símbolo de defesa para esses que querem aprovar a união, e essa simbologia acaba se instituindo como se fosse um casamento, banalizando o matrimônio.

Quero dizer aos companheiros que me senti muito magoado pela forma hostil com que jogaram a platéia contra a minha pessoa, cuja platéia não tinha nada a ver com a defesa do casamento gay. Eram pessoas ligadas ao pequeno agricultor e eu os defendendo. Mas vejam só a forma sistemática e acintosa que já vieram para vaiar uma coisa que eles não estavam nem aí, o assunto deles era outro.

É essa a maldade, companheiro, que fez este aparte naquele dia, que me deixa profundamente magoado e que vai fazendo com que Vossa Excelência vá perdendo o crédito perante os seus companheiros.

Muito obrigado.



O SR. NEREU MOURA

Pela Ordem, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Pela Ordem, Deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, quero dizer que para mim não interessa o conceito que o Deputado Takayama tem deste parlamentar. Ele é uma pessoa que se comportou de forma deseducada aqui nesta Casa, faltou com decoro parlamentar e não vai amedrontar este parlamentar, absolutamente!

Deputado Takayama, se comporte!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Vossa questão de ordem não procede.

No Pequeno Expediente, Deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. ADEMAR TRAIANO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, gostaria de fazer um registro na tarde de hoje, e ao mesmo tempo faço também a minha saudação, pela presença nesta Casa, assistindo a sessão desta tarde, do nosso querido ex-deputado estadual, doutor Walter, de Francisco Beltrão, que nos prestigia aqui nesta tarde.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

A presença já havia sido registrada pelo deputado Augustinho Zucchi, mas da mesma forma o deputado Ademar Traiano também registra.

E, antes de passar a palavra a Vossa Excelência, deputado Waldyr Pugliesi, o deputado Edno Guimarães registra também a presença do promotor público da Comarca de Umuarama, senhor Elizeu Alte. Seja bem-vindo e obrigado pela presença.

Deputado Waldyr Pugliesi, no Pequeno Expediente.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, o que me traz à tribuna na tarde de hoje é registrar um ato praticado pelo governador do Estado de São Paulo.

Mas antes, gostaria de dizer o seguinte, que se encontram aqui na Assembléia, vereadores do município de Arapongas, como já falei em questão de ordem, registrando a presença deles, para lutar pela construção de um fórum novo no município de Arapongas, obra que, se realmente for construída, já vem tardiamente. E registrar também que os vereadores do município de Arapongas já se posicionaram contra a venda da Copel.

E é em cima disto que eu quero dizer que o governo do Estado de São Paulo faz no dia de hoje, o anúncio da suspensão do processo de privatização da Companhia Energética de São Paulo, que eles chamam CESP-Paraná. E dizer que uma medida judicial, anterior-

mente, já tinha feito a suspensão da venda da CESP. E agora, o próprio governador, argumentando que com a crise energética, procede a suspensão da venda da empresa de energia elétrica lá do Estado de São Paulo.

Ora, o que é que está acontecendo no mundo todo? Outro dia, nesta tribuna, registrei a ação praticada pelo governo do Canadá, que em virtude da crise de energia que existe praticamente em todo mundo, e com a perspectiva de monumentais lucros que advirão logo mais para essas empresas, também caminhou no sentido de impedir a privatização do setor, lá no longínquo Canadá.

Aqui no Brasil o presidente da República já tinha feito a suspensão do leilão de Furnas. Agora, vem o Estado de São Paulo fazer a suspensão do leilão da CESP de São Paulo.

E eu gostaria, senhores deputados, senhor presidente, que o governo do Estado caminhasse no mesmo sentido, que procedesse no sentido de fazer com que não tivéssemos a privatização da Copel.

O povo do Paraná, municiado com os argumentos de toda a sociedade, tem se manifestado em todos os municípios contra a venda da Copel, porque é uma verdadeira loucura aquilo que o governo do Estado, o governo Jaime Lerner, está pretendendo fazer. É uma só voz. As emissoras de televisão, os jornais, as pesquisas que são realizadas em todos os cantos, mostram que o povo do Paraná, praticamente de maneira unânime, tem se colocado contra a venda da Copel.

E nós, estamos aqui para continuar essa batalha, fazendo com que esse assunto não saia da preocupação maior da Assembléia Legislativa, do povo do Paraná, apesar de termos casos que requerem do governo, principalmente, uma resposta rápida, porque cada dia que passa fica mais claro, por exemplo, para nós, o envolvimento do governo do Estado na questão dos grampos que estão deixando essa população toda sem saber, na realidade, aquilo que está acontecendo. Cada um está fazendo a sua conclusão própria. Nós combatemos...

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Consulto se Vossa Excelência quer usar o Horário da Liderança do PMDB.

O SR. NEREU MOURA

O Deputado Waldyr Pugliesi usa o Horário da Liderança da Oposição, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Vossa Excelência faz uso do Horário da Liderança das Oposições.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, temos que centrar a nossa atenção nesse caso da Copel. Tem muita gente que tem poder de voto aqui dentro, que talvez, ainda não tenha chegado no âmago da questão. A Copel é estratégica, é fundamental para o nosso desenvolvimento. Estavam aqui, até há

pouco, os representantes políticos do meu município e quero dizer que em determinado momento da nossa história, quando era prefeito e queríamos fazer a implantação de novos parques industriais, nos deparamos com a realidade, havia falta de energia. O que é que fizemos? Nos mobilizamos, chegamos até a Copel e ela deu uma resposta pronta para o desenvolvimento industrial do meu município. E abrimos novos parques industriais, porque a Copel estava sob o domínio público e está ali, à nossa frente, para atender no momento, no preciso momento, as necessidades que tínhamos para fazer a industrialização do nosso município. Privatizada a Copel, não acho que essas coisas continuarão acontecendo não. Ficaram os novos dirigentes longe dos reclamos mais sentidos do povo do Paraná. Nós já falamos: porque não usar a energia escassa para todos, mas para nós não tão escassa assim, para fazermos, por exemplo, programas governamentais de desenvolvimento para o centro do Paraná, para áreas do Paraná que não têm o mesmo desenvolvimento que outras regiões possuem. Estamos batendo nessa tecla, porque quero dizer que a resposta da população ao apelo que estamos fazendo, para que coloquem a sua assinatura, para termos aqui na Casa; o projeto de iniciativa popular é muito grande. Se em todos os lugares, fizéssemos uma campanha mais estruturada, com o mínimo de condições, não tenho receio nenhum de afirmar que colheríamos, talvez, quinhentas mil assinaturas em um prazo muito pequeno.

Portanto, senhor presidente, quero dizer aqui mais uma vez, fazendo um apelo ao governo do Estado, que siga o exemplo do governo federal, que suspendeu o leilão de Furnas; que siga o exemplo, agora, do governo do Estado de São Paulo que, sensibilizado pela situação que estamos vivendo, também promove a suspensão da venda da CESP.

É o que nós esperamos, senhores presidente. E o governo poderia tomar esta decisão sem esperar que cheguemos aqui com milhares e milhares de assinaturas, com milhares e milhares de manifestantes, para tentar impedir, democraticamente, o povo organizado e mobilizado, volto a repetir, este verdadeiro crime que vai se cometer contra o Paraná.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

No Pequeno Expediente, concedemos a palavra ao Deputado Orlando Pessuti.

**O SR. ORLANDO PESSUTI**

Senhor presidente, senhores deputados, sem sombra de dúvida, o assunto trazido a conhecimento desta Casa pelo Deputado Waldyr Pugliesi é da maior importância para o momento que estamos vivendo. Desta tribuna, já em duas oportunidades fizemos apelo às autoridades paranaenses e li nos jornais que o presidente da Copel tem também feito este apelo nas reuniões que estão acontecendo em Brasília, no sentido de que a região

Sul: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, não fossem incluídos, no esquema de racionamento; que não fossem os paranaenses multados caso viessem a consumir mais energia do que habitualmente consomem.

Para nossa satisfação, já alguma coisa de bom aconteceu: o presidente diz que não irá mudar as pessoas, deixará de dar a eles um prêmio pelo consumo a menor que tiverem. E nós continuamos insistindo, porque a nossa região, justamente neste momento consumirá, com certeza, mais energia, porque aqui fará mais frio que habitualmente, aqui precisará se ligar as luzes mais cedo e desligá-las mais tarde, aqui haverá necessidade de se ligar aquecedores em hospitais, asilos e creches, aqui haverá necessidade de se ligar as secadoras, já que o céu, como está acontecendo ficará encoberto.

Então, é necessário que todos nós possamos nos manifestar contrariamente a esta medida de racionamento. Mas além disso, continuarmos nossa luta contra a venda da nossa Companhia de Energia, porque todos aqueles que tiveram oportunidade de ver a revista "Veja" ou a revista "Isto É", leram o que está ali explicitado nas palavras de especialistas na área de energia deste País, professores eméritos deste Brasil. E eles afirmam, com todas as letras, que o grande erro que cometeu o governo federal no processo de privatização foi o de não obrigar os novos donos das companhias de energia de fazer os investimentos que eram necessários, de não prever, junto com estas empresas, os investimentos.

Louvável a atitude do governador Geraldo Alkmin, do Estado de São Paulo, que em meio a toda esta situação de crise, onde o próprio presidente vai à televisão falar uma série de coisas e depois se desculpa perante a sociedade por ter dito coisas que não eram, definitivamente verdadeiras, e atribuindo o erro que cometeu, às informações que havia recebido da sua assessoria.

Quer dizer, o próprio presidente da República, que num determinado momento conduziu todo o processo para a privatização, recua, constitui grupos de trabalho, retira um ministro do seu gabinete para fazer toda uma coordenação deste processo de economia de energia. E ele próprio diz que Furnas não vai ser privatizada agora, nos moldes que queria, vem agora a São Paulo e diz também, que não vai privatizar a CESP Paraná.

E, infelizmente, aqui no Paraná, o nosso governador continua insistindo e fazendo com que os nossos deputados, amigos aqui da Assembléia, que integram sua base de apoio, dê a ele este voto para que exterminemos a Copel do Estado do Paraná.

Quer dizer, nós temos que realmente refletir neste momento, com profundidade, porque o assunto é da maior importância.

Uma outra coisa que quero dar ciência a esta Casa: na manhã de hoje, junto com a Deputada Luciana Rafagnin, atendendo um convite da Comissão de Agricultura, Deputado Plauto, estivemos reunidos com a assessoria da Faep, com produtores rurais, sindicalistas da região de

Campos Gerais, para debater a questão da contribuição sindical.

Realmente, o assunto está polêmico, está merecendo uma discussão mais aprofundada. Nós aqui já estivemos sugerindo a vida do Ainsten Meneghetti a esta Casa e vamos com ele conversar novamente. Mas, conseguimos avançar hoje ao final da reunião; fez-se uma proposição de que se suspenda temporariamente as execuções dos produtores rurais, que ainda não pagaram a contribuição sindical. Que possamos, neste período em que as execuções estiverem suspensas, a Comissão de Agricultura, liderada pelo companheiro Plauto, o Bloco Agropecuário por nós liderado, a FAEP, o Sindicato dos Produtores, fazermos um amplo debate acerca da contribuição sindical que está sendo cobrada, e podermos chegar a um entendimento, porque hoje os produtores rurais...

Peço um minuto para concluir, senhor presidente.

Os produtores rurais estão veementemente contrários ao pagamento dessa contribuição sindical. Do outro lado, a FAEP se respalda em toda uma estrutura jurídica, toda uma estrutura de leis, como a própria CLT e leis subsequentes para efetuar essa cobrança. Os sindicatos não prestam, na minha avaliação, as informações e os serviços que são requeridos pelos produtores rurais e fica essa situação de conflito, de confronto, entre os produtores e a FAEP. Quer dizer, entre os próprios produtores, porque a FAEP representa os produtores, mas nesse momento se coloca em alguns casos, na visão dos produtores, com o algoz da agricultura do Estado do Paraná.

O que na minha avaliação não é correto mas acaba acontecendo, pela falha de atuação de alguns sindicatos. Então, faço esse registro e digo ainda mais, me permita, senhor presidente, que dentro de alguns minutos tenho que me ausentar, pois vou, a Brasília para uma reunião derradeira, diria assim, da Diretoria da Unal, que presido, para que possamos ultimar todos os ajustes para realização da nossa conferência na próxima semana.

Conclamo, mais uma vez, aos meus colegas parlamentares do Paraná, ao comitê de imprensa, com quem já tive oportunidade de conversar alguns tempos atrás, para aqueles que ainda não se inscreveram, que façam sua inscrição. A reunião é de importância fundamental para o Legislativo, não só paranaense mas brasileiro.

Alguns parlamentares já se inscreveram até o dia 09, que era o prazo que tínhamos dado, outros estão nos procurando. Recomendo para aqueles que até os dias 09, 10, prazo que havíamos estabelecido para que pudessemos tomar todas as providências antecipadamente, que não se inscreveram, que procurem agora diretamente o Presidente Hermas Brandão, que já designou a sua assessora para cuidar desse assunto.

Mas que todos possamos estar no Rio de Janeiro, nos dias 24, 25 e 26, para esse grande evento em que buscaremos mais uma vez, mostrar a importância do Legislativo, a nossa finalidade e evidentemente fortalecermos mais ainda as ações.

Era isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

No Pequeno Expediente, Deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, senhora e senhores deputados!

Quem planta vento, colhe tempestade. Vou me referir, Deputado Orlando Pessuti, não ao Deputado Hidekazu Takayama, por quem tenho respeito, mas de quem discordo, em relação à sua postura adotada na sessão da semana passada, aqui nesta Casa.

Nós temos que ter cuidado com o que falamos. Porque a língua é o chicote da pessoa. Sou efetivamente um deputado do interior, sempre procurei na minha vida pública me pautar com decência e com respeito às pessoas. Às vezes não temos talvez a polidez necessária para se fazer entender. E por isso algumas pessoas podem se magoar com a nossa maneira de atuar.

Mas é assim mesmo, senhor presidente. É o meu jeito de ser. Pessoa do interior, criado na vida difícil do campo, e procurei marcar sempre as minhas atitudes com esta firmeza.

Não tive a intenção de lhe magoar, Deputado Takayama.

Só não concordei com suas afirmações quando a Casa estava lotada, e o senhor insinuou que aqui nesta Casa estavam pessoas “gays”, “estava cheio de gays” e acho que a maneira com que esta Casa, tem que respeitar...

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA (**Pela Ordem**)

Primeiro o nobre parlamentar, está citando o meu nome e eu não citei o seu. Segundo, se solicitar as notas taquigráficas, está lá escrito um “se”, mas como ela não entende português, não entende que a palavra “se” disse: condicionalmente, se houver algum, eu não sou contra. Foi isso que quis dizer. O que não queria era que a Constituição nossa contemplasse a excessão.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

A questão de ordem levantada, não procede e no Pequeno Expediente, infelizmente não tem aparte.

Concedo a palavra ao Deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Gostaria que Vossa Excelência descontasse o horário que o Deputado Takayama usou indevidamente.

O Deputado Takayama quer ser superior, ele usou da tribuna e eu respeitei o seu pronunciamento.

Não tenho medo da sua maneira truculenta de querer agir. Vossa Excelência tem que se comportar de forma respeitosa. Por isso senhor presidente, quero aqui dizer que...

(**Tumulto no Plenário**)

(**Suspensa a sessão por alguns minutos**)

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Está reaberta a sessão.

Vossa Excelência tem ainda dois minutos no Pequeno Expediente.

O SR. NEREU MOURA

Gostaria que Vossa Excelência zerasse o meu tempo para que eu pudesse começar o meu pronunciamento, pois não pude fazê-lo ainda.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Deputado Nereu, Vossa Excelência tem três minutos no Pequeno Expediente e também tem no Horário da Liderança do PMDB, se desejar.

O SR. NEREU MOURA

É lamentável este tipo de episódio. Isto deprime o nosso Parlamento, mas aqui é a “casa” do povo e a gente tem que estar preparado para qualquer tipo de situação.

Eu continuo tranqüilo, senhor presidente, porque tenho, graças a Deus, a minha vida limpa como político, minha vida limpa, e tenho aqui usado desta tribuna para me comportar da forma mais transparente possível e, graças a Deus, não tenho recebido revide por parte do governo. Tenho usado aqui desta Casa e de todos os lugares por onde ando na vida pública, para atuar de forma transparente, da forma mais próxima do sentimento da população.

Por isso tenho absoluta tranqüilidade com o desempenho do meu mandato e desafio deputados que querem gargantear que façam o mesmo que eu faço, que tenham o mesmo comportamento, que tenham a mesma transparência, que tenham a mesma vibração, que tenham a mesma coragem que este parlamentar aqui.

Senhor presidente, eu tinha vindo à tribuna hoje não exatamente para falar sobre isto. Eu vim à tribuna para falar do desmanche do governo do Estado em relação à área de segurança pública. Hoje em Londrina os policiais militares fizeram uma surpresa ao comandante daquele batalhão, quando numa reunião, numa palestra, os policiais militares viraram as costas para o palestrante, para o Coronel Comandante da Polícia Militar de Londrina e ato contínuo saíram do auditório e foram às ruas, protestar.

Em solidariedade, as esposas dos policiais militares do Paraná, hoje iniciaram um grande processo de reivindicação no Estado inteiro.

As cidades maiores do Paraná encontram-se hoje, senhor presidente, com um movimento diferente: as esposas, as mulheres, vendo a dificuldade dos policiais, saíram às ruas para protestar contra as mentiras, contra a conversa do governo Jaime Lerner e por conseguinte do seu secretário incompetente, o senhor José Tavares.

O protesto é no Paraná inteiro e a Polícia Militar em Londrina, os policiais militares solidários com suas esposas, - porque eles são na verdade as vítimas desta política nefasta desenvolvida pelo governo estadual - também tomaram uma atitude, talvez única na história

deste Paraná ou do Brasil, quando a Polícia Militar que é...

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Vossa Excelência passa a falar no Horário da Liderança do PMDB.

O SR. NEREU MOURA

... que é disciplinada, que tem hierarquia, que tem respeito, num ato de inteira coragem, de firmeza, virou as costas para o coronel e foi às ruas em protesto pelo salário péssimo que estão recebendo.

É este o Paraná que o governador Jaime Lerner plantou e eu disse no início - quem planta vento, colhe tempestade e o governador colhe o que ele plantou.

Prometeu, quando foi candidato, prometeu o mundo coroado de belezas e de esplendor, a vida seria outra, o Paraná viveria um estágio de prosperidade e felicidade e o que observamos é uma destruição do nosso Estado, inclusive da própria máquina pública, a começar pela Polícia Militar, pela Polícia Civil, salários vergonhosos, viaturas que estão hoje paradas, pois não há dinheiro para comprar um parafuso, delegacias entupidas de presos, que a cada dia surgem escândalos, dando conta que eles fogem delas, de Curitiba e do Paraná inteiro; falta de dinheiro para comprar papel higiênico, cafezinho, açúcar, gás para fazer a comida dos presos.

Falta dinheiro para tudo, para gasolina enfim, uma destruição vergonhosa e criminosa desenvolvida pelo senhor Jaime Lerner e que está resultando na greve da Polícia Militar, no manifesto das esposas, no manifesto da Polícia Civil e por aí afora, demonstrando que, infelizmente, o Paraná vive dias de tristeza e amargura, pela postura de governantes que estão divorciados dos sentimentos populares.

Senhor presidente, vi com tristeza o secretário José Tavares, incompetente, despreparado, ir à televisão, na semana passada e aos órgãos de imprensa, para gargantear que a Comissão de Alto Nível, nomeada pelo Governador Jaime Lerner havia concluído, que todos eram inocentes, anjos ali no Palácio Iguaçu.

Uma comissão laranja, acerola, de má-fé, nomeada pelo governador, para isentar de culpa os seus asseclas e aqueles que lhe prestam favor.

Só faltaram mesmo, o Gerson Guelmann, o Afrânio, o Jordão, o João Cordeiro, que fizeram parte da Comissão de Alto nível, nomeada pelo governador Jaime Lerner.

Antes das conclusões dos trabalho, o secretário José Tavares, em um rompante de rei, vem a público dizer: nada devem. São todos santos. Nenhum pecado, nem mesmo o original. São vítimas da calúnia e da difamação.

Ora, senhor presidente, que tristeza que coisa pueril, de um homem que deveria se comportar com responsabilidade e com decência à frente da função, para o qual foi designado.

Antes de concluir os trabalhos, portanto, sem ouvir as testemunhas, sem ter a preocupação de fazer um levantamento responsável, o secretário sai correndo para fazer média com o seu chefe e com aqueles que assessoram o chefe. Não, ninguém deve nada! E aí ficou claro, porque denunciemos essa comissão, desde o primeiro dia. Era uma comissão para dar nisso mesmo. Era uma comissão em que já sabíamos o resultado porque foi criada para que o José Tavares viesse à imprensa dizer que ninguém é culpado nos grampos eletrônicos do Palácio Iguaçu. Este era o resultado da Comissão de Alto Nível - tão alto quanto o tamanho do secretário da Segurança Pública, José Tavares.

Por isso, senhor presidente, fica aqui o nosso inteiro repúdio à atitude do secretário Tavares e da comissão “acerola”, porque está para mais de “laranja”, do governo do Estado, do governador Jaime Lerner.;

Uma comissão irresponsável, que vem manchar ainda mais a integridade que já é pouca, daqueles que estão ali instalados no 3º e no 4º andares do Palácio Iguaçu.

Fica aqui, em nome do PMDB, o nosso manifesto de repúdio à política desenvolvida por essas pessoas que, infelizmente, ainda têm um ano e meio para governar o nosso Estado, se a Assembléia não aprovar o “impeachment” do governador.

#### O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

No pequeno Expediente, concedo a palavra ao deputado Neivo Beraldin.

#### O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente, senhores deputados.

Vamos deixar de lado a emoção do debate e da briga para entrar num discurso diferente, discurso esse que só pode ser realizado sob a égide do presidente Hermas Brandão, que nos permitiu acesso às contas do governo, desde 1991 até 1998.

Hoje faço aqui algumas considerações para que este Plenário se atente para a responsabilidade que tem pela frente, de analisar, aprovar ou rejeitar as contas, desses períodos.

Abordo hoje, mais especificamente o período de 1998. Como resultado da análise da documentação anexa ao sumário do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, elencamos de irregularidades na prestação de contas, conforme segue:

1º - As receitas da administração direta e indireta foram estimadas em 12,1, 91 bilhões, superior em 62,55% ao montante fixado na Lei de Diretrizes Orçamentárias, que foi de 7,5 bilhões, contrariando os dispositivos legais, conforme anexo 1 que poderá ser perfeitamente comprovado, pelos senhores deputados.

A previsão da receita, para se viabilizar, teríamos que evoluir em relação ao exercício anterior, 2,5 a arrecadação, conforme o anexo 2 - A receita arrecadada atingiu, tão somente, 49,28% da previsão, demonstrando

falta de critério técnico e legal, ditados pela Lei Federal nº 4.220/94, conforme anexo.

Autorização das despesas exageradas em relação à receita, culminando com um déficit global de 2 bilhões, 339 milhões, que representa 38% da receita arrecadada.

Comparativamente a 97, o déficit orçamentário aumentou de 789 milhões para 2 bilhões e 339 milhões. Doação de crédito contábil para registro de receita extra-orçamentária quanto às transferências aos órgãos da administração direta e indireta, redundou em montante fictício, conforme tabela abaixo.

O saldo patrimonial do Estado, que demonstrava resultado entre bens e direitos, frente às dívidas, apresentou, em 98 um passivo real descoberto de 311 bilhões ocasionado pela redução do ativo líquido real que era positivo em 97 em 1,597 bilhões, face ao déficit patrimonial gerado em 98, de 1,908 bilhões. O passivo real da dívida total do Estado em relação ao ativo total teve a seguinte evolução: em 97, a dívida era 3 bilhões, 410 milhões; em 98, 6 bilhões e 150 milhões; enquanto o ativo real passou de 5,005 milhões para 5,839 milhões, uma evolução da dívida pública de 97 a 98: em 97, 41,81%, em 98, 80,36%.

Foram obtidos pela administração direta 112 milhões captados sob a forma de operação de antecipação de receita, recolhimento antecipado de ICMS, prática não usual da administração pública.

Não encontramos evidência de autorização legislativa à assistência, compreendendo também a área da saúde, no montante de 290 milhões, ficando tal montante em débito da tesouraria do governo.

As despesas com divulgação e propaganda - chamo a atenção dos senhores deputados, esse é um assunto que acho que merece atenção, não no Paraná, do Brasil, mas do mundo - passaram em 97, de 117 milhões - que já é um absurdo - para 134 milhões em 98.

Senhores deputados, é preciso lembrar que em 97, 98, o real, o dólar era quase 1 por 1. Se imaginarmos 130 milhões de dólares no ano de propaganda, vamos chegar a um número alarmante, e o mais grave, no relatório apresentado pelo próprio tribunal dos técnicos, não apresenta liberação em torno de 50 milhões de reais gastos em propaganda.

Vou fazer um comparativo com São Paulo e a Bahia. Comparativamente aos Estados de São Paulo e Bahia, os gastos do Paraná são absolutamente superiores, enquanto São Paulo gastou 0,6% da sua receita, a Bahia gastou 0,52% da receita, o Paraná gastou 2,24%. Isto dá uma diferença de mais de 4.000% a mais do que gastou São Paulo e a Bahia. Se contarmos o PIB do Paraná, em relação ao de São Paulo, vamos verificar o seguinte: São Paulo tem 40% do PIB brasileiro; Paraná tem 5%, mais ou menos.

Se formos contar a relação PIB/São Paulo/Bahia/Paraná, vamos verificar que o Paraná gastou mais em propaganda, em publicidade, mais de 32 mil por cento, do pobre Estado de São Paulo.

Senhor presidente, o Tribunal de Contas não teve condições de formar opinião sobre a utilização pelo governo, do ingresso, da receita de alienação de títulos imobiliários. O montante é de 441,05 milhões provenientes da redução de participação societária do Estado, nas empresas Copel e Sanepar, sendo que 197 milhões da Copel e 224 milhões da Sanepar, face à generalidade da lei que destina tais recursos.

Senhor presidente e senhores deputados, logo na frente do Relatório da Prestação de Contas, vamos verificar que os técnicos analisaram assim, e esta Casa terá que manusear também esses documentos assim. A impugnação de despesas ainda em trâmite, através de vinte protocolos do Tribunal de Contas, não reverenciando o valor de cada matéria impugnada para análise do aspecto da prestação de contas do governo, em relação, se situa que não podemos analisar, enquanto o Tribunal de Contas não tem um curso final dessas vinte impugnações e, precisamos saber quais são.

Demonstrativo de recurso de auditorias realizadas nos programas co-financiados por organismos internacionais, com aplicação em 98 de 134,52 milhões, contando parecer com ressalvas.

Não evidenciamos no presente relatório medidas cabíveis, no sentido de esclarecer essas ressalvas, bem como a consideração do impacto das contas.

Senhor presidente, senhores deputados, os índices levantados pelo Tribunal de Contas, cuja gravidade é incontestável, nos deixa em estado de extrema preocupação. O fato de a prestação de contas do governo Lerner no ano de 98 ter sido aprovada por unanimidade dos conselheiros do Tribunal de Contas, nos deixa ainda mais preocupados.

A nós, responsáveis pela fiscalização dos atos governamentais, fica a impressão de que os técnicos do Tribunal de Contas realizaram um trabalho competente, com independência em suas atuações. Entretanto, todo esse importante trabalho é abrandado nos escalões superiores, de forma a conduzir esta Casa a uma aprovação induzida, de que as contas do governo estariam em ordem, o que não parece verdade!

Em nosso atendimento, merece uma reflexão dos senhores deputados sob a readequação do aparelho fiscalizador e de assessoria desta Casa.

Senhor presidente e senhores deputados, diante do exposto, para dar seqüência às nossas palavras, para dar seqüência com atitudes, encaminho a esta Mesa, o seguinte requerimento, encaminhado ao governador do Estado e também ao Tribunal de Contas.

**(Lê):**

“Requer envio de expediente ao senhor Governador do Estado do Paraná - Jaime Lerner, solicitando as seguintes informações: a) Prestação de contas do Banestado referentes ao exercício de 98, não fornecidas pelo Tribunal de Contas, bem, como o programa de saneamento do Banestado; Prestações de contas do Governo do Paraná referente aos anos de 99 e 2000; Relatório Téc-

nico do Tribunal de Contas referente às auditorias realizadas no programa Projeto Paraná qualidade de Ensino Público na Educação - PQE, contendo pareceres com ressalvas, página 45 da prestação de contas.

b) Quanto cada empresa vencedora de licitação de publicidade do governo recebeu e como e para onde destinou os recursos recebidos. Nominando os veículos beneficiados, valores, datas, assinaturas de contratos, cópia dos mesmos explicando, com suas perspectivas justificativas.

Contratos de venda da Copel e da Sanepar que não estão no anexo. O governo vendeu os ativos e não foi contado no anexo, para prestação de contas, para quem vendeu, como vendeu e por quanto vendeu. E nem tampouco onde gastou.

Olha a gravidade da situação senhores deputados.

Contratos: “Discriminar despesa da implantação das montadoras, incluindo despesas com a Copel e Sanepar”. Porque foram investidos recursos de ambas empresas mistas do Estado do Paraná”.

Então, senhor presidente, pela primeira vez este deputado talvez pela primeira vez nos últimos 50 anos, os Parlamentares desta Assembléia estão tendo acesso a esse simples relatório do Tribunal de Contas, que recomenda a aprovação das contas, embora tenha nele, improbidade administrativa e várias improbidades alencadas pelos próprios técnicos do Tribunal de Contas, e no entanto os conselheiros nos aconselham a aprovar as contas.

Senhor presidente, tem mais aplicações dos recursos obtidos pelo Estado do Paraná na venda de ações.

Conforme estabelece na Lei nº 11.253 de 21 de dezembro de 95, que autoriza a venda das ações da Copel e a Lei nº 11.963, de 19 de dezembro de 97, relativa à venda de ações da Sanepar: “As receitas auferidas serão aplicadas em atividades produtivas, ou à receita tributária - geração de empregos, preservação do patrimônio, atração de capitais e investimento na área energética - “Contudo senhor presidente, aqui relatam os técnicos: “Face à generalidade da lei e no que respeita a aplicação dos recursos, não foi possível formar opinião sobre o assunto”.

Face à generalidade da lei, não foi possível, então, o Tribunal de Contas formar juízo sobre a aplicação de venda de ativos e nem aplicação dos recursos. Então, vejamos, é esta mesma lei genérica, que vai permitir ao governo vender a Copel e aplicar os recursos onde quer, como quer, assim como fez até aqui. A situação é mais do que grave.

O retorno diz aqui, o Parecer: “... dos investimentos realizados pelo Estado, às empresas de economia mista, a título do exercício de 97, de 107 milhões, motivando as principais reduções da...” aqui, está.

Senhor presidente e senhores deputados.

Estou fazendo um estudo de todos os períodos, das contas dos governos, todos que estão em minha mão, em meu poder. Mas confesso a Vossa Excelência, senhor pre-

sidente, que nós não temos uma assessoria técnica à altura para trabalhar esses números, para poder dar um parecer confiável para que esta Casa possa comprometer-se a tal ponto.

Então, fica aqui uma sugestão senhor presidente, que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná contrate uma empresa de auditoria particular para verificar, analisar essas contas e ir em busca dos contratos de venda de ativos.

Aqui, há mais de 50 milhões de reais autorizados em propaganda, que não tem autorização da Secretaria de Comunicação, responsável para tal.

Concedo aparte ao Deputado Irineu Colombo.

#### **O Sr. Irineu Colombo**

Deputado Neivo Beraldin, quero, em primeiro lugar, parabenizar Vossa Excelência por ter essas informações e passá-las a este Plenário.

Gostaria até, se fosse possível, de ter uma cópia desse material para embasar o estudo que estou fazendo sobre endividamento do Estado do Paraná.

E dia 30, agora, se o Governador Jaime Lerner cumprir a lei, que é difícil ele fazer, se ele cumprir a lei, vai publicar o balancete, e nós vamos ter condições de fazer uma avaliação atualizada da dívida do Estado, porque nós temos um estudo até 1999.

Com esses documentos que Vossa Excelência poderá ceder para que nós possamos tirar cópias, para podermos embasar mais o estudo.

Agora, realmente fica uma grande dúvida. Qual é o parecer técnico que o povo do Paraná pode acreditar?

Quem é o técnico que a sociedade paranaense pode contar com o seu parecer, com sua auditoria, que tenha valor? Porque lá estão os técnicos do Tribunal de Contas que fazem o trabalho, mas não tem a chancela oficial daquele órgão para sair com esse parecer como definitivo.

Reprova-se e reprova contas atrapalhadas, problemas legais, vai para o Plenário do Tribunal de Contas e aí é aprovado por unanimidade. E se nós quisermos fazer um estudo como Vossa Excelência sugeriu, deveremos contar com uma empresa que deveria ser contratada.

Nós já pagamos, veja que ironia, nós, povo paranaense, já pagamos um Tribunal de Contas para ver as contas à luz da matemática e à luz da legislação.

E nós temos condições de fazer isso. Eu sou professor de história e conheço bem o que é ética, moral e caráter e sob esse ponto de vista eu poderia analisar as contas.

Agora, do ponto de vista contábil, é um pouco mais difícil.

Então, quero parabenizá-lo e mais uma vez lavar esse veemente protesto contra o julgamento político que o Tribunal de Contas faz das contas, em prejuízo da sociedade paranaense. Se nós extingíssemos o Tribunal de Contas, alguém ia sentir falta, deputado Neivo Beraldin.

#### **O SR. NEIVO BERALDIN**

Especialmente os conselheiros, não. Os técnicos, sim. Na minha avaliação os técnicos do Tribunal de Contas seriam de fundamental importância para assessorar este Poder.

Agora, saindo da análise técnica, vai ao Plenário.

Eu não entendo o porquê do Plenário do Tribunal de Contas. Para tentar nos induzir ao erro?

Porque aqui o parecer é para aprovar. Tem nas entrelinhas, nas miúdas, mas o parecer é para aprovar.

E vou ler aqui para Vossa Excelência, para entender como é o negócio. Foi mandado para esta Casa e a Casa, em dezembro de 2000, deu parecer favorável, também. A Comissão de Tomada de Contas, presidida pelo ilustre Deputado Duílio Genari. O relator foi o Deputado Luiz Accorsi. Então, gostaria de ler como é que encaminha o Tribunal de Contas para esta Casa.

(Lê):

“Em Sessão Plenária de 15 de dezembro de 1999, o Tribunal de Contas, através da Resolução nº 14353/99, aprovou parecer prévio que na sua conclusão opinou pela aprovação das referidas contas governamentais, que são de responsabilidade do Excelentíssimo Senhor Governador Jaime Lerner, por unanimidade.”

Cedo aparte ao Deputado Edson Strapasson.

#### **O Sr. Edson Strapasson**

Deputado Neivo Beraldin, queria inicialmente, cumprimentá-lo pela colocação que traz a esta tribuna, e tenho certeza que este assunto...

Gostaríamos, Deputado Neivo, de aprofundá-lo, e quando o senhor vem à tribuna, fazendo as colocações dos procedimentos e da forma como é tramitado um processo de aprovação de contas, que inicialmente recebe um parecer técnico, e aí o Deputado Colombo questionou, até, e é de se questionar, porque cada técnico tem uma visão de acordo com a sua visão do caso, vai a um plenário do Tribunal de Contas e acaba aprovado, por unanimidade, sem o embasamento técnico, sem o embasamento legal. Aí temos que fazer um questionamento ao próprio Tribunal, que acima de tudo é constitucionalmente um órgão auxiliar desta Casa.

Devemos fazer uma reflexão a todos nós, inclusive aos deputados, que não é possível que aprovemos pacotes fechados sem saber o que tem dentro, porque a função nossa não é basicamente debater e questionar ou encaminhar projetos de Utilidade Pública ou até projetos autorizados perante o governo, mas é, fundamentalmente perante a sociedade, fiscalizar a boa aplicação dos recursos públicos que não são nossos, são do povo do Paraná.

Temos que fazer uma reflexão profunda até sobre essa integração, que deve existir entre o Tribunal e esta Casa, sobre a transparência que deverá prevalecer, da prestação de contas e aplicação dos recursos, porque não é possível que milhões e milhões sejam torrados pelo governo. E vejo hoje, o Governo do Estado do Paraná alegando à nossa sociedade que é imprescindível vender a

Copel para viabilizar, sustentar a governabilidade deste Estado. É importante dizer que um governo que aplica mal, que torra os recursos públicos, tem que primeiro prestar contas à sociedade da boa aplicação, para depois vir cobrar a venda ou a dilapidação do nosso patrimônio, construído ao longo da história.

Então, nesse caso, gostaríamos até de contribuir tecnicamente, juntamente com os seus posicionamentos, para que possamos exigir até do Tribunal, um posicionamento concreto, coerente e principalmente, que esta Casa possa ter consciência do seu direito e do seu dever, para fiscalizar e exigir que o governo preste conta de fato e não de faz de conta.

#### O SR. NEIVO BERARDIN

Muito obrigado pelo aparte, Deputado Strapasson. Gostaria de mostrar ao Plenário as lindas fotografias que retratam o Tribunal de Contas, retratam frente e retratam verso. Na prestação de contas, também, um minucioso relatório de compra de máquinas de escrever, computador, mesa.

Ora, senhor presidente e senhores deputados, em 1994 o Estado do Paraná gastou 0,19% do que arrecadou em publicidade e propaganda; em 1996, 30 milhões; em 1997, 117 milhões, em 1998, 134 milhões.

Então, ao me deparar com estes números, fiquei estarelecido. Convidei vários amigos, que são auditores, para que nos dessem um histórico mais detalhado, para ver se não havia, da nossa parte, um equívoco com relação aos números. Não! Exatamente isso.

Agora, o que é mais grave: para quem foram vendidos os ativos da Copel, que agora acabei de receber, porque pedi o balancete do Estado em 1999? Então, gostaria de perguntar aos deputados que relataram favoravelmente, para quem foram vendidos os ativos da Copel? Quantas ações foram vendidas na Bolsa de Nova York? Quantas ações foram comprometidas junto ao BNDES? A que preço e como? Como pode o governo vender o seu patrimônio? Olha que em 98, o que tem o governo de capital, em relação ao que tem de dívida, o negativo é 311 milhões, em 1998! Vendendo tudo, dava 311 milhões de déficit!

Então, não consigo entender como é que pode, em quatro ou cinco anos, a dívida de um bilhão e 300 milhões, assumidos em números oficiais, 13 bilhões e pouco, sem contar os restos a pagar! E cadê a prestação de contas da venda do Banestado? Aonde está elencado, documentalmente aqui? Encontrei ontem alguém que me mostrou a relação de empréstimos feitos pelo Banco do Estado a empresas, pessoas, sem respaldo legal, sem aporte necessário para fazer frente, numa situação de desvio de recursos da sua empresa. Sem garantia real, melhor dizendo! Sem garantia real!

Então, esta Casa, senhores deputados, pela primeira vez, vai analisar no Plenário as contas dos governos, porque antes não analisava! E quando analisava,

ninguém via! Por isso o Estado do Paraná é campeão em desvios!

Que este discurso de hoje fique nos Anais. mas, vou longe, senhores deputados: não aceito pressão! Não admito intimidação! Precisa-se discutir os números! E a verdade há de transparecer! E não estou aqui, neste Parlamento para brincar de deputado! Quero ser o melhor possível, como representante do povo! Então, não adianta me amedrontar! Não adianta me ameaçar!

Senhor presidente, para encerrar, requeiro que Vossa Excelência convide o presidente do Tribunal de Contas para vir aqui e contraditar com este parlamentar, no que estou afirmando!

Muito obrigado!

#### O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

No Horário destinado às Lideranças, consultamos o PL se deseja fazer uso da palavra.

(Declina)

No Horário destinado ao PSB, com a palavra o Deputado Moysés Leônidas.

#### O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas.

Ouvi atentamente, a posição feita pelo Deputado Berardin, e queria dizer que na prática é uma situação extremamente desagradável o que os correntistas do Banco do Estado do Paraná, em todo o Paraná, estão passando com o péssimo atendimento depois que o Banestado passou ao controle do Itaú.

Lá em Londrina, as reclamações do Procon, aumentaram 100% esse mês, todas sobre o péssimo atendimento que é dado ao correntista. E nós aqui, na Assembleia, lutamos e trabalhamos para que as contas do Estado, o dinheiro do Estado, pagamento de funcionalismo e de tantas outras coisas, permanecesse por algum tempo sob a custódia do Banestado, sendo depositado lá.

Péssimo atendimento, e o que é pior: confidencialmente, as pessoas têm dito que não há interesse por parte do Itaú naquelas chamadas “contas pequenas”. Então, não só o patrimônio do Paraná perdeu-se, foi feito um péssimo negócio, como também aquele correntista que sempre acreditou no Banestado.

Mas, senhor presidente, já disse aqui e talvez tenha sido eu o primeiro parlamentar a falar, de quando da indicação do ex-deputado e ex-londrinense, José Tavares, para a Secretaria da Segurança, que iria ser a grande decepção do Governador Jaime Lerner, exatamente porque nós conhecemos já a atuação do Tavares, que, quando não truculento, é lento; quando não lento, é tendencioso; quando não é tendencioso, é mentiroso, o que é pior.

Interesseiro, fazendo a sua campanha pelo resto do Paraná através da segurança, e com isso desgastando a já não boa imagem do Governador Jaime Lerner.



E hoje, vejo na Folha de Londrina, Folha do Paraná, que as mulheres dos PM's hoje foram para as portas dos quartéis para tentar paralisar a atividade em um manifesto, exatamente pelo descontentamento já posto aqui, diversas vezes, com relação à vida do policial militar.

Já na tribuna o Deputado Nereu Moura trouxe esse lamentável episódio de hoje, de Londrina que os militares viraram às costas para o coronel, saíram da audiência e foram na porta do quartel, para, em solidariedade às esposas, fazer parte da manifestação de descontentamento, exatamente pela inoperância, do próprio governo.

**O Sr. Tiago Amorim**

Um aparte, deputado?

**O Sr. Augustinho Zucchi**

Concede-me um aparte, deputado?

**O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS**

Já concedo. Só queria dizer que este movimento é formado em Londrina, em que a sua presidente, a mulher que preside, dona Conceição, é de lá. Que tenho estado em contato, até por chamamento da própria Associação das Mulheres, constantemente. E que eu, Deputado Durval Amaral, não tenho mais o que falar para esse pessoal. Um dia, trata com o Tavares, este não cumpre. Outro dia, trata com Alcení, ele não cumpre. Marca-se reunião, não comparece.

Então não sei até aonde, como o parlamentar - que às vezes tenta ser solidário, acaba ficando sem ter o que falar para um povo desses. E aí disse hoje, claramente, em termos de centavos: o que eu, deputado de Londrina, trouxe do governo para cá, foi nenhum.

Vou acabar tendo que assumir aquela posição realmente, de contar a verdade, sob pena de ser punido por isso.

Um aparte ao Deputado Tiago Amorim.

**O Sr. Tiago Amorim**

Olha, meu caro Deputado Moysés Leônidas...

**O Sr. Augustinho Zucchi**

Deputado Moysés Leônidas, lhe peço um aparte também, se for possível!

**O Sr. Marcos Isfer**

Também lhe peço um aparte!

**O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS**

Ah! Sim...

**O Sr. Tiago Amorim**

Ouvindo de Vossa Excelência tais argumentos em relação ao "Baixinho da Kaiser", só vêm confirmar aquilo que nós do interior do Paraná, da região Oeste do Estado, Cascavel, Foz do Iguaçu, região de fronteira, já estávamos presenciando tal fato da incompetência, da

insensatez do Secretário da Segurança Pública, mais conhecido popularmente, vulgarmente, como "baixinho da Kaiser", ou o "Zé Padre", movimentou-se a região de Foz do Iguaçu, especificamente, há dias atrás, pedindo a cabeça do próprio Secretário da Segurança Pública.

Ele é tão insensível que nós estamos tendo uma onda de criminalidade em Cascavel, que chega a 200 veículos furtados, o que não acontecia há décadas e que, evidentemente, cobramos dele uma posição mais enérgica, e ele faz vistas grossas.

Parabéns pelos comentários. O povo do Paraná não pode ficar refém de um Secretário da Segurança incompetente como esse, que está preocupado cada vez mais em participar de Comissões de Telefonia e esquecendo da realidade dramática que vivem os policiais do Estado do Paraná, e o sucateamento da Secretaria da Segurança Pública, e a falta de respeito do Secretário José Tavares, em relação a este Parlamento.

**O Sr. Augustinho Zucchi**

Obrigado, deputado Moysés Leônidas. Imagino a situação de Vossa Excelência.

Apenas faço este aparte, para dizer que eu, na segunda-feira, tomei a decisão de solicitar ao presidente, se foi encaminhado aquele acordo que foi feito do Plano de Cargos e Salários da Polícia Militar e da Polícia Civil, para esta Assembléia, que ficou de ser encaminhado no dia 16 do mês passado.

Então, acho que este movimento que Vossa Excelência registra aqui, lá na Cidade de Londrina, é um movimento justo.

Procede a preocupação de Vossa Excelência, neste sentido.

Muito obrigado.

**O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS**

Só para encerrar, senhor presidente, acho que o policial militar está humilhado, a auto-estima lá em baixo. O bandido está melhor aparelhado, tanto na arma como na condução, para combater a própria política e praticar mais marginalidade.

Aí, o Tavares vai lá em Londrina, leva uma meia dúzia de bicicletas motorizadas; enquanto o bandido vai de "jet class", vai a polícia com bicicleta motorizada, das quais quase todas não funcionam.

E eu queria dizer aqui, chamar até a atenção do próprio governador. Tenho feito isso pessoalmente.

Falta interlocutor sério. Porque não é governador que vai lá tratar dessas questões. São pessoas designadas por ele que não podem ser moleques do jeito que estão sendo.

Quando trata, se não dá para cumprir, fala a verdade! O pior cego é aquele que não quer ver.

Eu, para dizer a respeito da atuação do Secretário Tavares, já chegou até a achar que estou "pegando no pé".

Não é pegando no pé. Conheço o eleitorado!

Muito obrigado.

O SR. PRESIENTE (**Elio Rusch**)  
PSC, PSL, PPS, PDT e PT.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, na realidade uso o Horário da Liderança do PT, para fazer um aviso aos deputados da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Após o término da sessão, vamos ter mais uma Sessão da Comissão Parlamentar de Inquérito da Telefonia, que está investigando os problemas relativos à telefonia no Estado do Paraná e a possibilidade dos grampos telefônicos envolvendo algumas autoridades do Governo do Estado.

E hoje estará presente na CPI, a ex-Secretária de Administração, Maria Elisa Paciornick, que foi vítima de grampo telefônico e em uma peculiaridade surpreendente o grampo telefônico da Maria Elisa Paciornick foi colocado dentro da Telepar!

Isso demonstra a fragilidade de uma empresa de comunicação, de telecomunicação como a Telepar, de poder estar sendo utilizada para fazer um delito gravíssimo, do ponto de vista da Constituição do nosso País.

E vejam os senhores como é que ficou a apuração deste grampo.

O grampo telefônico foi feito dentro da Telepar, foi puxado um fio do número da linha telefônica da Maria Elisa Paciornick, dentro da caixa da Telepar e mandado uma duplicidade de fio para outro telefone, num outro ramal, aqui no Juvevê. Então, lá da Telepar, mandou-se para o grampo de uma caixa aqui do Juvevê. Deste grampo da caixa do Juvevê que abastece toda a região do Juvevê e vários bairros, puxou-se um outro fio duplo que desembocou numa casa. A Telepar e a polícia, na época, chegaram até a casa aonde estava pretensamente alguém, toda vez que batesse o telefone da Secretária Maria Elisa Paciornick, nesta casa também batia e as conversas eram gravadas nesta casa.

Pois bem, as informações que temos até agora são de que a Telepar não trouxe para nós e nem para o inquérito do Ministério Público a identificação da caixa da Telepar na rua que identificou o endereço que seria o depositário do grampo telefônico. No entanto, o endereço apareceu. Como que o endereço apareceu? O endereço apareceu sem identificação do tronco. Há suspeitas, tanto na política quanto no Ministério Público de que o endereço arrolado pela Telepar, na realidade é um endereço para despistar o verdadeiro mandante do grampo da Senhora Maria Elisa Paciornick. Parece-me que as informações que a Secretária levou à Comissão do Governo do Estado que investiga a possibilidade de grampo é que a Secretária tem algumas informações importantes a dar neste episódio.

Gostaria de convidar a todos os deputados, porque o depoimento da Maria Elisa Paciornick e o episódio a respeito deste grampo, sem sombra de dúvida, talvez pelas informações que a Comissão Parlamentar de Inquérito está buscando a respeito deste caso, - possamos iden-

tificar os verdadeiros mandantes do grampo da Secretária da Administração do Governo do Estado no ano de 99.

Então, o convite que nós fazemos, em nome da Comissão Parlamentar de Inquérito, para que os deputados assistam o depoimento da ex-Secretária Maria Elisa Paciornick, que vai acontecer logo após o término desta sessão, às cinco horas e quinze minutos.

Era isto, senhor presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIENTE (**Elio Rusch**)  
PPB, PFL, PSDB.  
(**Declinam**)  
PTB. Deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, senhores deputados. Ocupo a tribuna também para fazer coro aos parlamentares que anteriormente se posicionaram a respeito da questão da Segurança Pública, muito embora pretendesse hoje falar sobre Copel, mas diante da situação que verificou-se na manhã de hoje nas cidades de Londrina, Maringá, parece-me Paranavaí também, Guarapuava, não tenho essas informações ainda, Cascavel também, é para trazer aqui minha solidariedade aos policiais militares, às pessoas de policiais que têm a coragem de enfrentar situações realmente complicadas. Nós tivemos a informação de que em Londrina, como já foi colocado aqui, os policiais militares desrespeitam as ordens superiores, somaram-se às suas esposas, seus familiares e enfrentaram o superior. Na cidade de Maringá, às seis horas da manhã de hoje, policiais que seriam rendidos por outros policiais tiveram que pular muros para poderem voltar para as suas casas. As viaturas, previamente já ontem foram deixadas em postos de gasolina para que elas pudessem permanecer nas ruas porque certamente as esposas não deixariam sair do quartel.

Este é o retrato da segurança no Estado do Paraná. Este é o retrato que mostra bem como está a segurança no nosso Paraná. E não é só a questão dos policiais militares. É a questão também dos policiais civis que até agora também não tiveram os compromissos assumidos pelo governo, trazidos a esta Casa com leis, com mensagens, para a questão da melhoria salarial.

O que mais me deixa preocupado, senhores parlamentares, é que, enquanto vivemos um caos, a Gazeta do Povo trouxe, nessa semana ainda, uma pesquisa mostrando o grau de violência e de criminalidade que está acontecendo na nossa Curitiba e Região Metropolitana.

O que vemos, senhores parlamentares, é que o nosso secretário da Segurança, ao invés de estar nas ruas, nas delegacias e nos quartéis, para ver como está funcionando a sua polícia, perde manhãs inteiras presidindo uma comissão de alto nível, que o governo implantou, para verificar a questão do grampo. Será que o governo quis dar um rótulo firme, de que o grampo é um caso de polícia e, para isso, colocou o Secretário da Segurança?

Não seria mais correto colocar o Secretário da Administração do Estado? Porque isso diz respeito à administração do Estado e não ao Secretário de Segurança Pública, que passa duas semanas, toda manhã, ouvindo os depoentes que vão para essa comissão.

Comete o governo aí um erro terrível. Aceita o erro o secretário, quando fica durante horas e horas ouvindo depoimentos e não está acompanhando de perto o que vem ocorrendo na Segurança Pública do Estado do Paraná.

Por isso, senhor presidente, não poderia ficar calado, muito embora eu já não tenha mais tanta vontade de falar em Segurança Pública, que é o dia-a-dia do meu trabalho, nos meios de comunicação. Mas não posso me furtar, nesse momento, de fazer esse registro e um apelo ao Secretário da Segurança e ao Líder do Governo, que encareçam ao governo que termine de uma vez por todas essa Comissão Especial - que já deu parecer antecipando, inocentando pessoas que foram lá, prestar depoimento. Não tem mais sentido o secretário ficar presidindo, que passe a um outro secretário do governo e que vá para a rua, para o interior do Estado e que vá ver como está a questão da segurança deste Paraná.

Hoje, senhor presidente, recebi um dossiê, agora não mais dos agentes penitenciários e seus familiares, agora, é dos encarcerados, que não aceitam, mais os mandos e os desmandos, dentro da penitenciária - facções criadas dentro da Penitenciária Central do Estado. Para isso, o senhor secretário parece-me não ter tempo. Para ficar duas, três, quatro horas sentado na sua secretaria, ouvindo depoimento sobre grampo, parece-me que há um interesse maior nesse momento, que diz respeito à segurança da população e não os grampos. Os grampos, deixem para a Assembléia, para a CPI, que sabemos onde vamos encontrá-los.

Concedo um aparte ao Deputado Irineu Colombo.

#### O Sr. Irineu Colombo

Senhor presidente, quero fazer um comunicado à Casa, que a greve ou a manifestação dos PMs do Paraná está tendo repercussão nacional. Os principais meios de comunicação estão destacando, em rede nacional de televisão, Internet e amanhã deve sair em jornais de circulação nacional.

#### O SR. ALGACI TULIO

A Rede Globo deu em edição extraordinária, hoje de manhã.

#### O Sr. Irineu Colombo

É uma situação bastante grave.

Nunca se tinha visto uma situação como esta, mas vale aqui ressaltar, que a nossa Bancada do PT quer prestar solidariedade, aos praças da Polícia Militar do Paraná, que não tiveram o aumento diferenciado que os coronéis tiveram nesse governo.

E também, senhor presidente, que nós precisamos uma nova política de segurança no Estado do Paraná. Por fim, a manifestação dos PMs tem uma preocupação séria, na busca da palavra do governador. Quem garantiu que eles teriam os aumentos, no período em que estava no segundo turno das eleições, a eles, foi o Governador do Estado, Jaime Lerner. Eles pararam, naquele momento, a greve e esperaram. Então, não é uma simples questão de reivindicação de aumento, é cobrado um compromisso do governador, de caráter, de fio de bigode, que está cobrando a classe.

#### O SR. ALGACI TULIO

E só para complementar, em Curitiba, os fatos também não aconteceram, porque preferiu-se dar um voto de confiança ao novo comandante, que assumiu na semana passada. Mas, evidentemente, com os fatos verificados em Londrina e Maringá, eu duvido que amanhã, ou depois de amanhã, Curitiba não se englobe também nesta questão de fechar os portões dos quartéis, e isto será muito grave para a Segurança Pública do Estado do Paraná.

Fica aí um apelo, senhor secretário, deixe de ficar ouvindo depoimentos de grampo, grampo deixe para a CPI da Assembléia, e trate de cuidar da segurança do povo do Paraná!

#### O SR. PRESIENTE (Elio Rusch)

Não há mais oradores inscritos no Horário das Lideranças.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 senhores deputados.

Sobre a mesa, projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Miltinho Pupio, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Ricardo Maia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Algaci Tulio, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Tony Garcia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Hidekazu Takayama, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Nelson Tureck, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

#### ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 351/2000, de autoria do Deputado Chico Noroeste, que autoriza o Poder Executivo a criar e implantar o curso de engenharia civil no campus de Foz do Iguaçu da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste. **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 351/2000 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a criar e implantar o Curso de Engenharia Civil no campus de Foz do Iguaçu, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste.

Parágrafo Único - Fica autorizado o Poder Executivo a proceder alteração orçamentária necessária ao cumprimento da presente lei.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 08.05.2001.

(aa) ALGCI TULIO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

#### ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 416/2000, de autoria dos Deputados Neivo Beraldin e Basílio Zanusso, que altera as leis que criaram os Municípios de Altônia, Guaíra, Icaraíma, Marilena, Porto Rico, Querência, São Jorge do Patrocínio, São Pedro do Paraná e Vila Alta. (Publ. no D.A. nº 175/2000 de 04.12.2000).

**Em votação.**

#### O SR. ALGACI TULIO (Para Encaminhar)

Senhor presidente, eu encaminho no seguinte sentido: quero cumprimentar meus auxiliares que fazem parte da Comissão de Redação.

Para quem não sabe, esse projeto dos Deputados Basílio Zanusso e Neivo Beraldin, exigiram muito trabalho, muita atenção por parte da Comissão de Redação, da qual sou presidente, porque foi o maior parecer já dado a um projeto aqui nessa Assembléia, pelo fato de ele envolver medições de tantos municípios, de Icaraíma, Guaíra, Altônia, Marilena, Porto Rico, Querência, São Jorge do Patrocínio, São Pedro do Paraná e Vila Alta.

Imagem, senhor presidente e senhores deputados, o cuidado que estes profissionais que trabalham na Comissão de Redação, tiveram para com este parecer. Nada mais, nada menos que sete laudas duplas foram utilizadas para fazer este parecer.

Eu quero aqui reconhecer o trabalho, dedicação, em nome da doutora Elisa Sotto Maior, cumprimentar a todos os membros da Comissão de Redação que puderam me dar a garantia e a qualidade do parecer que apresento neste projeto, e dizer que esta Comissão de Redação, que assumi no início deste ano, já relatou mais de 70 projetos que já passaram por esta comissão e que tem garantido no plenário desta Casa aqui a pauta diária de projetos já concluídos e encaminhados ao Governo do Estado.

Faço isso para fazer aqui uma homenagem aos integrantes da Comissão de Redação desta Casa, senhor presidente.

#### O SR. NEIVO BERARDIN

Senhor presidente, eu gostaria também de fazer, na mesma linha do Deputado Algaci Tulio, e primeiro cumprimentar o Deputado Algaci Tulio, que tem sido um companheiro eficiente no trabalho, presente, e a sua assessoria, evidentemente que quando o deputado é trabalhador, todo mundo segue o mesmo ritmo.

E na verdade neste projeto, senhor presidente, há um estudo na colaboração do IAP, da Secretaria do Meio Ambiente, que é preciso ser lembrado. Na verdade nós estamos aqui, aprovamos uma lei com respaldo técnico da Secretaria do Meio Ambiente, aonde ampliou as divisas de vários municípios.

Por exemplo, Querência do Norte tinha em torno de 800 quilômetros quadrados, agora deve ter em torno de 1.300. E se usou o talvegue do rio, ilhas e outros. Naturalmente esta região, com esse municípios que também são representados pelo Deputado Edno Guimarães, e também pelos Deputados Elio Rusch e Nelson Garcia, terão, com esta lei, aumento de receita, de FTM, ICMS e também com a valiosa parceria do meu companheiro e amigo Basílio Zanusso, que subscreveu conosco, e fez com que o projeto tramitasse de forma rápida na Comissão de Constituição e Justiça, que o Deputado Basílio Zanusso preside.

Senhores deputados, com certeza este é um projeto que fará uma grande diferença em receita para aquela região.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Está em votação. **Aprovado.**

#### ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 059/2001, de autoria do Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, declaração de Utilidade Pública para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no município de Imbaú. **Aprovado. (Publ. no DA nº 018, de 15.03.2001).**

#### ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 319/2000, de autoria do Deputado Miltinho Pupio, priorização para implantação de Poços Artesianos nas Vilas Rurais, de todos os Municípios do Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e CAIC. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda. **Aprovada.**

#### ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 102/2001, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que Altera o artigo 13, da Lei 11.362, de 12.04.1996, mantidos os seus atuais parágrafos. Fundo Estadual de Assistência Social.

Sobre o referido projeto, Emenda Modificativa de Plenário, de autoria do Senhor Deputado Irineu Colombo, com apoioamento dos Senhores Deputados Nereu Moura, Waldyr Pugliesi, Hermes Fonseca e da Senhora, Deputada Luciana Rafagnin, nos seguintes termos:

#### EMENDA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 102/2001

Emenda Modificativa: altera o art. 6º, do Projeto de 102/2001, ficando com a seguinte redação:

Art. 6º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 dias.

Sala das Sessões, em 15.05.2001.

(a) IRINEU COLOMBO

Apoioamento:

Luciana Rafagnin, Hermes Fonseca, Nereu Moura, Waldyr Pugliesi.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda se justifica pela necessidade de se estabelecer um prazo para a regulamentação, agilizando a efetividade desta lei, uma vez aprovada.

**O projeto será encaminhado à CCJ.**

#### ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 122/2001, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que institui o Fundo Estadual de Cultura - FEC. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ. E CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 019/2000, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Bituruna, com sede e foro no Município da Bituruna. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 003/2000, de 17.02.2000).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 019/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Accorsi, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Bituruna, com sede e foro no município de Bituruna.

Chamada esta Comissão a se manifestar e após cumprido o prazo do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, onde estabelece a obrigatoriedade da entidade possuir personalidade jurídica há mais de um ano, esta Comissão de Constituição e Justiça, manifesta-se favoravelmente à mesma.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.04.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
CHICO NOROESTE - Relator

#### ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do PROJETO DE LEI Nº 050/2000, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação Evangélica Rádio Comunitária Farol Pentecostal, Aercofap, com sede e foro na Cidade de Londrina. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. nº DA. nº 010/2000, de 01.03.2000).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 050/2000

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Evangélica Rádio Comunitária Farol Pentecostal - Aercofap, com sede e foro no Município de Londrina.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade, e após análise apresentamos Emenda Substitutiva Geral.

Assim, somos de parecer favorável, na forma da emenda anexa.

Sala das Comissões, em 20.03.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
SERAFINA CARRILHO - Relatora

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL  
PROJETO DE LEI Nº 050/2000

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Rádio Comunitária Farol Pentecostal - Aercofap, com sede e foro no Município de Londrina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20.03.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
SERAFINA CARRILHO - Relatora

**ITEM 09**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 003/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 004/2001, autoriza que a Codapar atue em outras unidades da Federação. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CAIC. **Aprovado. (Publ. no DA. nº 002/2001, de 19.02.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 03/2001

**P A R E C E R :**

O Projeto de Lei nº 03/2001, de autoria do Poder Executivo, autoriza a Codapar - Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná, a atuar no campo de sua especialidade, em outras Unidades da Federação.

A Codapar, antiga Companhia Paranaense de Silos e Armazéns - Copasa tem por objetivo a execução de atividades de armazenagem, abastecimento e fomento agropecuário (Lei nº 9.570, de 15 de fevereiro de 1991).

A Codapar é sociedade por ações, de economia mista e de capital autorizado, constituída em 21 de agosto de 1956, de acordo com a Lei Estadual 754, de 23 de outubro de 1951 e alterado contida na Lei 4.440, de 02 de outubro de 1961, com a denominação Companhia Paranaense de Silos e Armazéns - Copasa, alterada para Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná - Codapar, em 12 de março de 1991, de acordo com a Lei Estadual 9.750, de 15 de fevereiro de 1991, que aprovou, igualmente a incorporação por esta empresa da Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná - Café do Paraná.

A Codapar é vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, conforme Lei Estadual nº 8.485, de 03 de junho de 1987, e está estabelecida à Rua André de Barros, 671, Centro/Curitiba/Pr. Possui

jurisdição em todo o território estadual e suas Unidades Operacionais compatíveis com o sistema de regionalização da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento.

Para a consecução dos objetivos da Codapar (que são: a estocagem, conservação e movimentação dos produtos agrícolas diminuindo as perdas pós-colheita. Para isso coordenará também a política estadual de armazenagem e operará unidades armazenadoras; apoiará o desenvolvimento da agropecuária paranaense, promovendo o fomento da produção agrícola, da produção pecuária, da agroindústria e da preservação e recuperação ambiental; desempenhar outras atividades que visem o desenvolvimento do setor agropecuário estadual) poderá prestar serviços técnicos e especializados em Estações Aduaneiras, relacionados à armazenagem e movimentação de mercadorias importadas, em trânsito e destinadas à exportação.

A Codapar já atua na administração de portos aduaneiros. Em 22.01.1992, o Departamento da Receita Federal/Secretaria da Fazenda Nacional/Ministério da Economia Fazenda e Planejamento, lançou edital de licitação nº 01/92, tendo como objeto a permissão para instalar e administrar a título precário, a Estação Aduaneira de Fronteira no Município de Foz do Iguaçu-Pr.

Vencendo a licitação, em 06.08.1992, a Codapar, assinou o referido contrato de permissão, tendo iniciado suas operações em 20.08.1992, após a publicação do ato. Na ocasião, o Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, através de Termo de Cessão datado de 06.08.1992, passou à Codapar, os direitos do Contrato de Comodato firmado em 06.01.1992, pela Receita Federal com a Companhia Brasileira de Infra Estrutura Fazendária -Infaz, relativo a área de 55.051,60m e edificações.

O prazo contratual para a referida administração seria de 05 anos, prorrogáveis por igual prazo. Esse contrato foi renovado em 05.08.1997.

Em 07.04.1998, a União por intermédio da Superintendência Regional da Receita Federal, firmou com a Codapar, o 2º Termo Aditivo tendo este a finalidade precípua de incluir na Cláusula Primeira do Contrato de Permissão acima referido, a autorização para operar no regime aduaneiro de entreposto na importação e na exportação na Estação Aduaneira de Fronteira de Foz do Iguaçu -Pr, transformando a referida Eaf, em Ead (sem nenhuma exigência adicional) conforme Ato Declaratório do Secretário da Receita Federal nº 84, de 13.12.1997, publicado no Dou de 15.12.97, expedido em atendimento ao Decreto nº 2.168,m de 28.02.97.

Na centésima primeira reunião do Conselho de Administração em 15 de outubro de 1999, foi concedida autorização para que a Codapar, venha participar da Concorrência SRF/SRRF/9ª RF nº 01/99-EADI, no município de Dionízio Cerqueira-SC.

Obtendo êxito no certame licitatório a Codapar, além de gerir estação aduaneira de fronteira, também poderá gerir os chamados "portos secos".

Sob o ponto de vista constitucional e legal (artigo 66, IV CE) não há impedimento que obste a tramitação da matéria em análise.

Isto posto, no âmbito de atuação desta comissão permanente, emitimos parecer favorável ao Projeto de Lei nº 03/2001, por estar conforme a Constituição, a lei e a técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 13.03.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 03/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo autorizar a Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná - Codapar, a atuar no campo de sua especialidade, em outras Unidades da Federação.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, manifestou-se favoravelmente ao presente projeto, nos aspectos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Esta comissão, chamada a manifestar-se de acordo com o § 3º, do art. 33, do Regimento Interno, nada encontrou que pudesse obstar sua tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Do exposto, opina esta comissão favoravelmente à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 18.04.2001.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente  
MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA,  
INDÚSTRIA E COMÉRCIO  
PROJETO DE LEI Nº 003/2001

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 004/2001, tem por objetivo autorizar a Codapar a atuar em outras Unidades da Federação

Chamada esta comissão a se manifestar sobre o mérito do referido projeto, e após obter pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Finanças, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sendo assim somos de parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.04.2001.

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Presidente  
FERNANDO RIBAS CARLI - Relator

**ITEM 10**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 083/2001, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública Estadual a Sociedade Operária e Beneficente

Internacional São Braz. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA n 027/2001, de 28.03.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 083/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Cesar Seleme, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Sociedade Operária e Beneficente Internacional São Braz.

Chamada esta comissão a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da emenda anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.04.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
CHICO NOROESTE - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA SUPRESSIVA E CORRETIVA  
PROJETO DE LEI Nº 083/2001

O Art. 1º do presente projeto de lei, passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Sociedade Operária Beneficente Internacional São Braz, com sede e foro na Comarca de Curitiba.

O Art. 2º do presente projeto de lei, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.04.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
CHICO NOROESTE - Relator

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Sobre a mesa, Requerimento nº 1423, de autoria dos Senhores Irineu Colombo, Ademir Bier, Augustinho Zucchi, Ricardo Maia, Eli Ghellere e demais deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1371, de autoria do Senhor Deputado Antonio Baratter, com apoio do Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Pela Ordem o Deputado Nereu Moura.

**O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)**

Querida em nome do PMDB, solidarizar com a Deputada Serafina Carrilho pelo falecimento do seu esposo. Dizer que lamentamos profundamente o seu pas-

samento e que fique registrado nos Anais desta Casa o manifesto da nossa Bancada do PMDB.

**O SR. BAZILIO ZANUSSO (Pela Ordem)**

Da mesma forma a nossa bancada e eu pessoalmente não podia deixar também de subscrever esse pedido, esse requerimento de voto de pesar, a minha manifestação verbal aqui, o sentimento do falecimento do João Carrilho, ex-marido da ilustre Deputada Serafina Carrilho, residente e de origem em Maringá.

O João Carrilho e Serafina foram moradores de Nova Esperança que é a minha cidade, nas décadas de 50 e 60, pequenos comerciantes. De lá foram para Maringá, aonde se radicaram com estabelecimento comercial e, posteriormente a deputada é eleita vereadora e, agora deputada estadual sempre contando com a contribuição e colaboração estreita do João que sempre foi ótimo pai, bom marido e bom amigo.

Portanto, quero juntar-me às palavras do Deputado Nereu Moura e deixar registrado em nome do meu partido, mas pessoalmente também não poderia deixar de fazê-lo com sentimento profundo.

Muito obrigado.

**O SR. TIAGO AMORIM (Pela Ordem)**

Em nome da Bancada do PTB, também os nossos pêsames à nossa companheira Serafina Carrilho, pela perda do seu esposo e a Bancada do PTB, também quer deixar registrado nos Anais desta Casa.

**A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (Pela Ordem)**

Senhor presidente em nome do Partido dos Trabalhadores, também queremos deixar registrada a nossa solidariedade à Deputada Serafina Carrilho, pelo passamento do seu esposo.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Requerimentos n°s 1369 e 1388, de autoria do Senhor Deputado Nelson Tureck, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1373 e 1391, de autoria do Senhor Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1376 a 1378, de autoria do Senhor Deputado Cesar Seleme, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1379, de autoria do Senhor Deputado Hermes Fonseca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1380 a 1382 e 1402, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1383, de autoria do Senhor Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1385 a 1387, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1390, de autoria do Senhor Deputado Edno Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1392, de autoria do Senhor Deputado Custódio da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1393, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1394, de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1396, de autoria do Senhor Deputado Tony Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1397, de autoria do Senhor Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1398, de autoria do Senhor Deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1399, de autoria do Senhor Deputado Renato Gaúcho, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1403 e 1404, de autoria do Senhor Deputado Sérgio Spada, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1405, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Chab, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1406, de autoria do Senhor Deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1409, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Maia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1410 e 1411, de autoria do Senhor Deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1424, de autoria do Senhor Deputado Algaci Tulio, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimento n° 1426, de autoria do Senhor Deputado Algaci Tulio, constante do expediente. **Em Discussão.**

**UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem)**

Para discutir, senhor presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.



Requerimentos nºs 1412 a 1421, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1422, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1429, de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Em Discussão.**

UM SR. DEPUTADO (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1431, de autoria do Senhor Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1430, de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. DURVAL AMARAL (**Para Discutir**)

Senhor presidente, olha, aqui, o Tribunal de Contas é um órgão auxiliar desta Casa, não tem porque negar um pedido de informação exatamente para quem tem que nos prestar contas.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Só consulto a Vossa Excelência.

O senhor pede para discutir?

O SR. NEIVO BERARDIN

Isso é uma coisa que tem que ser aprovada. Não é possível, jamais imaginei de não aprovar um requerimento a um órgão auxiliar.

O SR. PRESIDENTE

O senhor está encaminhado para votação o requerimento?

O SR. NEIVO BERARDIN

Não, presidente, estou falando pela ordem,.

Encareço ao líder do Governo, que tudo bem que ele peça para discutir o requerimento encaminhando ao governador, mas ao Tribunal de Contas, seria inédito aqui na Casa!

O SR. DURVAL AMARAL

Se o deputado Neivo Beraldin concordar com o adiamento, haja visto que eu tenha pedido para discutir, nós deixaremos para votar amanhã.

Caso contrário, mantenho a verificação de votação.

O SR. NEIVO BERARDIN

Tudo bem, a maioria vence, a minoria se convence. Concordo com Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

O SR. EDNO GUIMARÃES (**Pela Ordem**)

Só para registrar a presença do prefeito de São Manoel do Paraná e presidente do Consórcio da região de Cianorte.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Devidamente registrado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão marcando outra para quarta-feira, dia 16, à hora regimental, com a seguinte

### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 579/99, 114 e 323/2000.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 019, 050/2000, 003 e 083/2001.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 459/98, 114, 138/2001 e do Projeto de Resolução nº 010/2001.

Levanta-se a sessão.

### Atos da Comissão Executiva:

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 255/2000

I - exonerar, a pedido, JURANDIR LUÍS PEREIRA BARBOSA, do cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do gabinete do Deputado Miltinho Pupio, a partir de 1º de julho de 2000;

II - prover, VALÉRIA CRISTINA STORM BARBOSA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do gabinete do Deputado Miltinho Pupio, a partir de 1º de julho de 2000, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Artigo 177, da Lei nº 6.174 de 16 de novembro de 1970.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 256/2000

I - exonerar, a pedido, ORESTES NICOLAU TÚLIO, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do Deputado Luiz Accorsi, a partir de 1º de julho de 2000;

II - exonerar, a pedido, ELGINA NASCIMENTO GUEDES, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete do Deputado Luiz Accorsi, a partir de 1º de julho de 2000;

III - prover, ELGINA NASCIMENTO GUEDES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do Deputado Luiz Accorsi, a partir de 1º de julho de 2000, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Artigo 177, da Lei nº 6.174 de 16 de novembro de 1970;

IV - prover, ORESTES NICOLAU TÚLIO, para exercer o cargo em Comissão, junto ao gabinete do Deputado Luiz Accorsi, a partir de 1º de julho de 2000;

V - exonerar, a pedido, MARIA CRISTINA DE ARAÚJO GUEDES, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do gabinete do Deputado Luiz Accorsi, a partir de 1º de julho de 2000;

VI - prover, MARIA CRISTINA DE ARAÚJO GUEDES, para exercer cargos em Comissão, junto ao gabinete do Deputado Luiz Accorsi, a partir de 1º de julho de 2000.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 257/2000

I - exonerar, a pedido, VINÍCIUS KURTEN BARATTER, do cargo em Comissão, junto ao gabinete do Deputado Antônio Carlos Baratter, a partir de 1º de julho de 2000;

II - prover, VINÍCIUS KURTEN MARATTER, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do Deputado Antônio Carlos Baratter, a partir de 1º de julho de 2000;

III - exonerar, a pedido, ANDRÉ RAMIRES GALERO, dos cargos em Comissão, junto ao gabinete do Deputado Antônio Carlos Baratter, a partir de 1º de julho de 2000;

IV - prover, ANDRÉ RAMIRES GALEGO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do gabinete do Deputado Antônio Carlos Baratter, a partir de 1º de julho de 2000;

V - exonerar, a pedido, ARZILETE IZABEL DARANY, dos cargos em Comissão, junto ao gabinete do Deputado Antônio Carlos Baratter, a partir de 1º de julho de 2000;

VI - prover, ARZILETE IZABEL DARANY, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do gabinete do Deputado Antônio Carlos Baratter, a partir de 1º de julho de 2000;

VII - prover, MÁRCIO FOGAÇA DE ALMEIDA, para exercer cargos em Comissão, junto ao gabinete do Deputado Antônio Carlos Baratter, a partir de 1º de julho de 2000.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 258/2000

I - prover, SHIRLEY PERINI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, junto ao gabinete da 1ª Secretaria deste Poder, a partir de 1º de julho de 2000, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Artigo 177, da Lei nº 6.174 de 16 de novembro de 1970.

Palácio “XIX de Dezembro”, em 14.07.2000.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 259/2000

I - exonerar, a pedido, JOÃO CARRILHO, do cargo em Comissão, do gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 1º de julho de 2000;

II - exonerar, a pedido, DECIMIRA FERREIRA MENEZES, do cargo em Comissão, do gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 1º de julho de 2000;

III - prover, FRANCIELE POLETO, para exercer cargos em Comissão, junto ao gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 1º de julho de 2000.

(Prots. nºs 6261 e 6262)

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 260/2000

I - exonerar, a pedido, os funcionários abaixo relacionados, todos ocupantes de cargos em Comissão, junto ao gabinete do Deputado José Maria Ferreira, a partir de 1º de julho de 2000, conforme especifica:

1GP-1: LUIZ CARLOS DE PAULA

DAS-5: PAULO CEZAR DE CRISTO

DAS-2: CARLA VERIDIANA DA SILVA NOLL

II - prover, CARLA VERIDIANA DA SILVA NOLL, para exercer cargos em Comissão, junto ao gabinete do Deputado José Maria Ferreira, a partir de 1º de julho de 2000;

III - prover OSVALDO DE GÓES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do gabinete do Deputado José Maria Ferreira, a partir de 1º de julho de 2000, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (110%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Artigo 177, da Lei nº 6.174 de 16 de novembro de 1970.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 261/2000

I - exonerar, a pedido, OSMAR FERREIRA JÚNIOR, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do gabi-

nete da 3ª Secretaria deste Poder, a partir de 1º de julho de 2000;

II - prover, MARIA DAS GRAÇAS DE ANDRADE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete da Liderança do PL, a partir de 1º de julho de 2000, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Artigo 177, da Lei nº 6.174 de 16 de novembro de 1970;

III - prover, JEAN MARCELO MOCHI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete da Liderança do PL, a partir de 1º de julho de 2000, ficando o mesmo autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Artigo 177, da Lei nº 6.174 de 16 de novembro de 1970;

IV - prover, ANDRÉA BALASSA DA SILVA, para exercer cargos em Comissão, junto ao gabinete da Liderança do PL, a partir de 1º de julho de 2000;

VI - prover, MICHAEL MOTA DE OLIVEIRA, para exercer cargos em Comissão, junto ao gabinete da Liderança do PL, a partir de 1º de julho de 2000;

VII - prover, os funcionários abaixo relacionados, para exercerem cargos em Comissão, junto ao gabinete da Liderança do PL, a partir de 1º de julho de 2000, conforme especifica:

- 1-GP1: LUCILENE PIAN
- 1-GP1: PAULO PIMENTEL DE CARVALHO
- 1-GP1: OSMAR FERREIRA JÚNIOR
- 1-GP2: DJENIFER DA SILVA
- 1-GP2: MARIA DE LOURDES ZANIN MOCHI
- 1-GP4: JOÃO CARRILHO
- 1-GP5: DECIMIRA FERREIRA MENEZES
- 1-GP5: CLEUZA DE LIMA

(Prot. nº 6267/2000)

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 262/2000

I - exonerar, a pedido, ADENIL JOSÉ SOARES RIBEIRO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do gabinete da Liderança do PDT, a partir de 1º de julho de 2000;

II - exonerar, a pedido, ALYSSON TOBIAS LEMOS DE CARVALHO, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete da Liderança do PDT, a partir de 1º de julho de 2000;

III - prover, ADENIL JOSÉ SOARES RIBEIRO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete da Liderança do PDT, a partir de 1º de julho de 2000, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento

básico, de acordo com o Artigo 177, da Lei nº 6.174 de 16 de novembro de 1970;

IV - prover, ALYSSON TOBIAS LEMOS DE CARVALHO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do gabinete da Liderança do PDT, a partir de 1º de julho de 2000;

V - exonerar, a pedido, CAROLINA LORENZONI TRENTIN, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do Deputado Edgar Bueno, a partir de 1º de julho de 2000.

(Prot. nº 6268/2000)

Palácio "XIX de Dezembro", em 17.07.2000.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

HERMAS BRANDÃO - 1º Secretário

AUGUSTINHO ZUCCHI - 2º Secretário

### Pedido de Adesão:

#### PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA PEDIDO DE ADESÃO

JOSILIANI MENDES DOS SANTOS, matrícula nº 40256, endereço Rua Colombo, 182 - Apartamento 13, bairro Cabral, cidade de Curitiba - PR, remuneração mensal estimada R\$917,04, CPF: 567.125.029-34, telefone: 253-2093, data de nascimento: 25/11/1965.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, mui digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº , de 02 de maio de 2001, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: nível E04.

(Prot. nº 4869)

Curitiba, em, 15.05.2001.

(a) JOSILIANI MENDES DOS SANTOS

#### PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA PEDIDO DE ADESÃO

WILSON DAVANÇO, matrícula nº 41093, endereço Rua Vitória 364, bairro Zona 02, cidade de Cianorte, CEP: 87200-000, UF - PR, remuneração mensal estimada R\$504,46, CPF: 203700.599-72, lotação: Deputado Cartário, data de nascimento: 06/07/1953.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, mui digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº , de 02 de maio de 2001, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: nível 061.

(Prot. nº 4783)

Curitiba, em, 14.05.2001.

(a) WILSON DAVANÇO